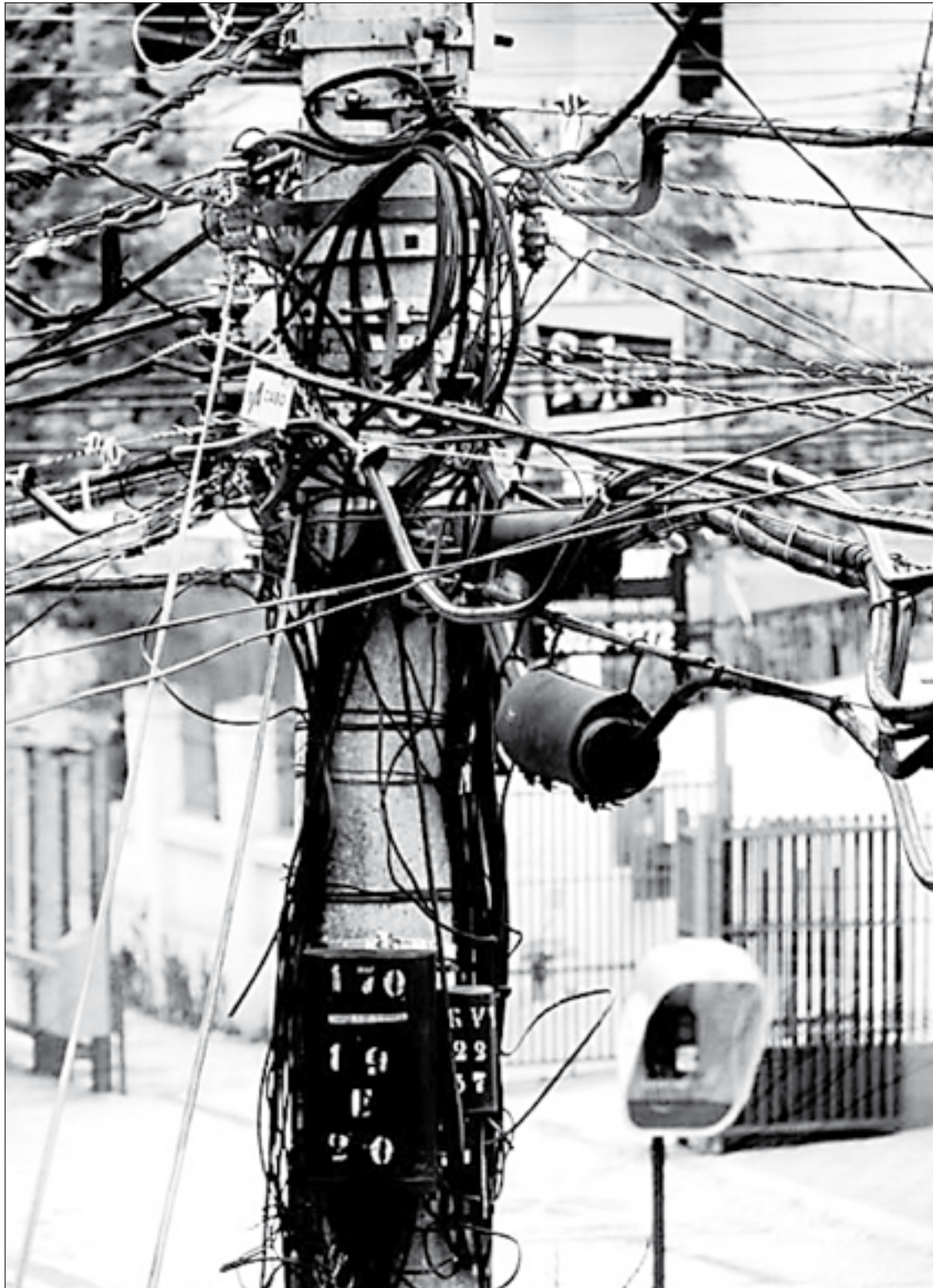


## Senadores reagem contra o uso de grampos ilegais

CARLOS BEZZ/FICKR



Polícia Federal investiga origem de grampos ilegais; Abin admite dificuldade em identificar os culpados

Parlamentares expressaram indignação com as denúncias de que autoridades públicas foram grampeadas. O presidente do Senado, Garibaldi Alves, foi ao Planalto cobrar medidas enérgicas e se reuniu com o presidente do

STF, Gilmar Mendes, para estudar ações conjuntas. A oposição quer instalar uma CPI mista, a Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência se reúne nesta terça-feira e a CCJ conclui, nesta quarta, a votação de projeto que regula as escutas.

páginas 8 e 9

### Utilização de animal como cobaia poderá ter regras

Depois de tramitar por 13 anos na Câmara dos Deputados, pode ser aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia

e Inovação do Senado o projeto que define normas para o emprego de animais como cobaias no ensino e na pesquisa.

página 3

emprego

plenário

### Senado realiza concurso para 150 vagas

página 13

### Projeto que limita uso de algemas ainda sob análise

página 2

e mais...

— cidadania

### No combate ao fumo, aumento de impostos

Para enfrentar os prejuízos à saúde pública causados pelo cigarro, governo estuda proibir fumódromos e aumentar taxas. Vício mata 200 mil pessoas por ano no Brasil, informa o Ministério da Saúde.

páginas 10 e 11



Tião Viana propõe elevar contribuições sobre o cigarro

AGENDA

página 2

VOZ DO LEITOR

FRASES

PERGUNTE AO SENADOR

página 15

### Seis meses de licença para mães e bebês

Depende apenas de sanção do presidente da República o projeto que estende de quatro para seis meses a licença-maternidade. Saiba no *Especial Cidadania* desta semana quais são as regras da nova lei.

página 16





# Mozarildo: reserva em Roraima é excludente

Para senador, demarcação de área contínua beneficiará apenas uma pequena parcela de índios, ligados ao Conselho Indígena do estado

**M**ozarildo Cavalcanti (PTB-RR) classificou de “excludente” a demarcação, em terras contínuas, da reserva indígena Raposa Serra do Sol, localizada no extremo norte de Roraima, na divisa com a Guiana. Essa demarcação foi questionada perante o Supremo Tribunal Federal (STF), em petição que está sob julgamento.

Para o senador, a reserva vai beneficiar apenas uma pequena parcela de índios que, observou, são ligados ao Conselho Indígena de Roraima, “uma organização não-governamental corrupta”, deixando de fora a grande maioria da população que reside no local há anos, incluindo os seus

ascendentes, entre eles índios, filhos de mestiços, população ribeirinha e arrozeiros. “A área onde está localizada a reserva é de vital importância para a defesa nacional e a própria soberania do país”, alertou Mozarildo.

O senador pediu aos ministros do STF que meditem sobre a questão. O relator do processo, Carlos Ayres Britto, já votou a favor da demarcação contínua dos limites da reserva. Um pedido de vista adiou a votação da matéria, que deverá entrar na pauta do Supremo até o fim do ano.

No mesmo pronunciamento, Mozarildo Cavalcanti enalteceu o Dia da Amazônia, comemorado em 5 de setembro.



Mozarildo pediu aos ministros do STF que meditem sobre a demarcação, que está em julgamento no tribunal

## Marco Maciel lembra 40 anos de criação da revista *Veja*

O senador Marco Maciel (DEM-PE) lembrou na sexta-feira os 40 anos da revista *Veja*, da Editora Abril, comemorados com um debate em São Paulo no último dia 2. Segundo ele, o evento foi muito oportuno, pois teve como tema “O Brasil que queremos ser”.

– O simpósio discutiu um pouco o passado, refletindo sobre as esperanças do futuro – afirmou o senador, que participou do encontro.

Entre os temas abordados no evento, Maciel destacou questões relativas à educação; ao meio ambiente; à economia; à relação entre democracia, raça e pobreza; e às mega-cidades. Ele também registrou discurso do presidente da Abril, Roberto Civita, sobre a liberdade de imprensa.

## Adelmir saúda entendimento para recuperação fiscal

Os entendimentos em torno do Projeto de Recuperação de Créditos da Fazenda Pública do Distrito Federal (Refaz III), direcionado para a recuperação de empresas, foram comemorados por Adelmir Santana (DEM-DF) em discurso na sexta-feira. O parlamentar destacou o diálogo mantido pelo governo do Distrito Federal com os representantes de diferentes setores da economia e elogiou o governador José Roberto Arruda.

– Temos no DF um governo compartilhado, que ouve permanentemente todos os segmentos do setor produtivo. O entendimento em torno do Refaz III permitirá que o projeto, que agora será enviado à Câmara Distrital, tenha o respaldo e o apoio de toda a sociedade civil – afirmou.

## Proposta que regulamenta o uso de algemas poderá ir a Plenário

Vários senadores apresentaram, na quinta-feira passada, recurso junto à Secretaria Geral da Mesa solicitando a apreciação, pelo Plenário, do substitutivo ao projeto de lei de Demostenes Torres (DEMOGO) que regulamenta o uso de algemas pelas autoridades policiais (PLS 185/04).

De acordo com o senador Romeu Tuma (PTB-SP), o projeto, aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no final de agosto, comprometerá muito o trabalho dos agentes policiais dos órgãos de segurança pública de todo o país se não for modificado.

Segundo Tuma, é necessária a supressão, no texto final, do

artigo 5º, que determina que “qualquer autoridade que tomar conhecimento de abuso ou irregularidade no emprego de algemas levará o fato ao conhecimento do Ministério Público, remetendo-lhe os documentos e provas de que dispuser, necessários à apuração da responsabilidade penal”.

Tal dispositivo, na avaliação de Romeu Tuma, “permite a qualquer cidadão brasileiro mediano firmar juízo de valor acerca do conceito de ‘abuso ou irregularidade’ e informar à autoridade pública respectiva denúncias muitas vezes sem nenhuma consistência para ser levada ao conhecimento do Ministério Público”.

## PoliciaL estudante de Direito pode ter permissão de estágio

A Comissão de Educação (CE) examina nesta terça-feira, entre outras matérias, projeto de lei do senador Fernando Collor (PTB-AL) que acaba com a proibição de o policial estudante de Direito inscrever-se para estágio na área. Segundo Collor, a restrição em vigor é incompatível com o direito à elevação social pelo trabalho e com os princípios diretores da educação nacional. Ele afirma que a igualdade de tratamento dispensado a advogados e estudantes de Direito gera, para os estudantes policiais, a proibição de estagiar, por levar em consideração, indevidamente, a incompatibilidade entre a sua atividade profissional e o exercício potencial da advocacia.

## Projeto obriga informação sobre obras inacabadas

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) deve votar nesta terça-feira, em decisão terminativa, projeto (PLS 58/08) para exigir que o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) informe, a cada fim de ano, ao Congresso Nacional, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas da União (TCU), as obras públicas de engenharia inacabadas e paralisadas pelo período de um ano nas quais a União tenha participação financeira. Também em pauta proposta (PLS 38/07) que elimina a cobrança da taxa mínima de energia elétrica dos consumidores residenciais.

## comissões

### Segunda-Feira

14h30 – DIREITOS HUMANOS

**Caminhoneiro** – Reunião do grupo de trabalho encarregado de estudar soluções para as más condições de trabalho dos motoristas de caminhão, ônibus e outros meios de transporte rodoviário.

### Terça-Feira

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

**IPI** – Na pauta, dois projetos que tratam do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O primeiro isenta produtos escolares e estabelece alíquota zero na contribuição para o PIS/Pasep e na Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos. A outra proposta estende aos representantes comerciais a isenção do imposto na aquisição de automóveis.

11h – EDUCAÇÃO

**LDB** – Os dois primeiros itens em pauta alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional: o primeiro dispõe

sobre a obrigatoriedade do ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na educação infantil e no ensino fundamental; e o outro discrimina as categorias de trabalhadores profissionais da educação.

11h – AGRICULTURA

**Crise mundial** – Audiência pública para debater a “crise mundial de preços e alimentos e suas conseqüências no Brasil”, com o relator para o Direito à Alimentação da Organização das Nações Unidas (ONU), Jean Ziegler; e os ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias de Souza; entre outros convidados.

11h30 – MEIO AMBIENTE

**Obras inacabadas** – Podem ser examinados projeto que dispõe sobre o controle das obras públicas inacabadas e requerimento de audiência pública para esclarecer denúncias de irregularidades no pagamento de auxílio a pescadores, quando estes ficam proibidos de exercer seu ofício por conta da época de reprodução das espécies.

14h30 – TRANSPOSIÇÃO

**Audiência pública** – A Comissão Temporária Externa de Transposição do Rio São Francisco realiza audiência pública com o secretário-executivo do Ministério da Integração Nacional, Luiz Antônio Eira, e o secretário de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, João Santana Filho.

14h – CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

**Grampos** – A Comissão de Controle das Atividades de Inteligência analisa as denúncias de grampos clandestinos de conversas entre autoridades dos três Poderes. Devem prestar informações aos senadores o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Jorge Armando Félix, e o diretor afastado da Abin, Paulo Lacerda.

**Após a Ordem do Dia – CPI DAS ONGs**

**Requerimentos** – A comissão se reúne para apreciação de requerimentos.

### Quarta-Feira

8h45 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**Escuta telefônica** – Entre os 14 itens em pauta está o que obriga as empresas fabricantes de equipamentos de escuta telefônica a comunicar ao Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça o cadastro completo dos compradores públicos e privados.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**Grampos** – A comissão se reúne para votar pauta de 17 proposições. A primeira delas estabelece novas regras para interceptação telefônica, informática e telemática, visando acabar com os grampos ilegais. Também poderá ser votada proposta de emenda à Constituição que determina a gratuidade do registro de escritura pública do imóvel destinado à moradia de família comprovadamente carente.

11h – ASSUNTOS SOCIAIS

**Anvisa** – Entre os itens em pauta, está a indicação de Dirceu Brás Aparecido Barbano para o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Também deverá ser analisado projeto que dispõe sobre a mineralização dos solos e a segurança alimentar e nutricional.

14h30 – AGRICULTURA E BIOCOMBUSTÍVEIS

**Zoneamento agrícola** – Audiência pública conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis para discutir o Zoneamento Agrícola Brasileiro e expor sobre o planejamento do zoneamento agrícola para o cultivo de cana-de-açúcar no Brasil e sobre o anúncio da imprensa da proibição dessa cultura na Amazônia Legal. Participam os ministros do Meio Ambiente, Carlos Minc, e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes.

## plenário

### Segunda-Feira

14h – Sessão não-deliberativa

### Terça a Quinta-Feira

14h – Sessão deliberativa

### Sexta-Feira

9h – Sessão não-deliberativa

## ciência

## Métodos alternativos são caros, mas ideais

A comunidade científica tem procurado trabalhar com métodos alternativos para diminuir o uso de animais em pesquisas e experimentos, mas são raros os casos em que é possível substituí-los completamente.

– São pouquíssimos os métodos alternativos validados. Em alguma fase da pesquisa é preciso testar em animais – afirma o presidente da Sociedade Brasileira de Biofísica, Marcelo Morales.

Técnicas de laboratório e simulações em computador podem ajudar a diminuir o uso de animais nas primeiras fases da pesquisa.

– É possível matar uma célula cancerosa num tecido cultivado em laboratório, mas, para saber se a substância usada não é tóxica, é preciso testá-las nos animais antes de ser aplicada em seres humanos – explica Morales.

Ele afirma que esse procedimento inicial pode evitar o teste em até 150 animais, de forma que só cinco ou seis recebam a droga.

Na década de 1950, o teste da talidomida, substância usualmente usada como sedativo, antiinflamatório e hipnótico, em número insuficiente de animais acabou provocando malformações congênitas nos bebês cujas mães tomaram o remédio para combater enjôos.

– Antes de ser humano, a droga tem de ser testada em duas ou três espécies, porque, se aplicada em apenas uma, os efeitos tóxicos podem não aparecer – esclarece o especialista.

No caso da talidomida, os testes em roedores não acusaram problemas. Só mais tarde experimentos em coelhos e primatas apontaram malformações nos fetos. Segundo Marcelo Morales, os cientistas estão cada vez mais preocupados em oferecer melhores condições de vida aos animais.

– Um animal mal tratado prejudica os resultados da pesquisa. Com a exigência da lei de que todos os experimentos passem antes por uma comissão de ética, muitos vão pensar dez vezes antes de solicitar autorização para pesquisa – aposta.

Algumas empresas, em especial de cosméticos, já conseguem usar somente métodos alternativos.

– Todos os países estão buscando substituir os animais por outras opções, mas é algo que custa muito caro – diz a coordenadora da Comissão de Ética para o Uso de Animais da Fiocruz, Norma Labarthe.

SMERCURY98-FLICKR



Bem-estar dos animais, além de um imperativo ético, contribui para a qualidade dos estudos feitos pelos cientistas

## Regras para uso de animais em pesquisa

Depois de 13 anos na Câmara, comissão do Senado irá votar projeto que define normas para emprego de animais em ensino e pesquisa científicos

Apesar de o Brasil ser o 15º país em número de pesquisas, até hoje não existe por aqui lei que regulamente o uso de animais por cientistas. Depois de 13 anos em discussão na Câmara, o PLC 93/08, que trata do assunto, está sendo analisado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado.

O objetivo é definir normas que garantam uso realmente justificável, menor sofrimento e melhores condições de vida para os animais. Se aprovado na CCT, o projeto segue para sanção do presidente da República.

– Até agora não existe controle. E controle é o que estamos buscando há 13 anos – observa o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e presidente da Sociedade Brasileira de Biofísica, Marcelo Morales.



Norma Labarthe coordena Comissão de Ética para Uso de Animais da Fiocruz

Para o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), relator da matéria nas comissões de Justiça (CCJ) e de Educação (CE), o texto supre lacunas na área.

– Tal vazão causa entraves ao progresso da ciência em nosso país e prejudica os animais usados – afirma o senador.

### Conselho autoriza pesquisa

O projeto cria o Conselho Nacional de Controle da Experimentação Animal (Concea), responsável por credenciar as instituições para criação ou uso de animais em ensino e pesquisa; e por formular e zelar pelo cumprimento das normas. As instituições terão que criar comissões de ética para o uso de animais composta por veterinários, biólogos, professores e pesquisadores, e um representante de sociedade protetora de animais.

A proposta da Câmara dos Deputados inclui mamíferos, aves, peixes, anfíbios e répteis – que, segundo Marcelo Morales, representam 98% dos animais que são usados em laboratório.

### Os que mais ajudam

As pesquisas científicas recorrem à ajuda de diversos tipos de animais, sendo que cinco espécies são as convencionais de laboratório: camundongo, rato, hamster, cobaia e coelho. Os macacos, pela semelhança genética com os seres humanos, também são bastante usados. Conheça as espécies e algumas de suas funções nas pesquisas científicas:

Os cientistas criam animais para pesquisa de duas maneiras, de acordo com o objetivo do trabalho. Na primeira, a heterogênica, o objetivo é conseguir indivíduos o mais diferentes uns dos outros possível, à semelhança do que ocorre com a população humana. Nesse caso, é impedido o cruzamento entre irmãos e a preocupação é com a variedade da herança genética de cada um.

Na segunda, a isogênica, o objetivo principal é o maior grau de parentesco possível, até chegar ao que os cientistas chamam de isogenidade. Mantêm os acasalamentos entre irmãos, conseguindo uma semelhança genética por

volta de 96,9%.

**Camundongo** – É a espécie mais usada em pesquisa, principalmente a relacionada ao câncer, e muito ajudou no entendimento de várias doenças.

**Rato** – A principal linhagem usada nas pesquisas é a Wistar, um rato branco. Existem ratos heterogênicos e isogênicos. Desde o século passado, o papel do rato mudou de portador de doenças contagiosas para auxiliar indispensável em ensino e pesquisa. Foi no rato que se desenvolveram vários estudos sobre os medicamentos para depressão, câncer de mama e de próstata.

**Hamster** – Comparado com o de

ratos e camundongos, o uso de hamster na pesquisa biomédica é menos expressivo e está voltado para estudos de doenças virais e anomalias congênitas.

**Cobaia** – Conhecida como porquinho-da-índia, é usada nos testes de controle de qualidade de praticamente todas as vacinas e soros.

**Coelho** – São muito empregados no desenvolvimento da quimioterapia.

**Macaco** – Por sua semelhança com o homem, os macacos são muito usados em pesquisa, principalmente para verificar a presença de anticorpos de diversas doenças virais humanas, como sarampo, rubéola e herpes.

## Pesquisador deve justificar a necessidade

Uma das primeiras instituições de pesquisa a adotar uma comissão de ética para o uso de animais foi a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Há dez anos, todos os projetos realizados com o uso de animais precisam receber aval da comissão, que, no ano passado, reprovou 20 das 123 solicitações apresentadas.

– Na dúvida, não liberamos o projeto. É preciso mostrar que há relevância no trabalho, se o estudo a ser feito se justifica, qual técnica será adotada, se os animais receberão quantidades suficientes de anestésicos, se serão devidamente armazenados e alimentados, qual a quantidade de exemplares por gaiola, entre outras questões – expõe a coordenadora da Comissão de Ética para o Uso de Animais da Fiocruz, Norma Labarthe.

Além disso, a comissão exige inclusive que os animais não fiquem entediados. Para os macacos, por exemplo, o ambiente deve ter galhos, cordas, pneus e outros objetos que os permitam brincar.

Ela explica que inicialmente os pesquisadores tinham resistência à atuação da comissão, mas com um trabalho educativo houve conscientização sobre a importância do trabalho feito pelo grupo.

Depois que o pesquisador envia seu projeto para análise, ele é discutido e somente após consenso entre os membros do colegiado recebe parecer pela aprovação, pela melhoria ou é rejeitado por completo.

– A maior parte volta ao pesquisador para que seja melhorado – diz Norma.

Ela diz que o PLC 93/08 traz tranquilidade ao determinar limites: “Hoje, os pesquisadores têm bastante liberdade e quase não há controle. Esse é um marco legal que define como as pessoas deverão agir”, avalia.



Norma Labarthe coordena Comissão de Ética para Uso de Animais da Fiocruz

## internacional

FOTOS: JOSÉ CRUZ



Dr. Rosinha, brasileiro que preside o Parlamento do Mercosul, lê denúncia com a deputada paraguaia Mirtha Palácio

## Parlasul avalia denúncia de complô no Paraguai

Dois deputados paraguaios afirmam que ex-presidente Lino Oviedo articula golpe de Estado para derrubar governo do recém-empossado Fernando Lugo

A denúncia do planejamento de um golpe de Estado no Paraguai contra o novo presidente do país, Fernando Lugo, deverá ser debatida durante a próxima sessão do Parlamento do Mercosul (Parlasul), nos dias 15 e 16, em Montevideu (Uruguai). A previsão foi feita pelo presidente do Parlamento, o deputado Dr. Rosinha (PT-PR).

– A história política do Paraguai mostra que o risco de um golpe de Estado existe. Nos últimos 50 anos, apenas dois presidentes paraguaios conseguiram concluir

os seus mandatos. E o Parlamento do Mercosul tem a função política de tomar uma posição a favor da democracia e da institucionalidade no Paraguai – disse Rosinha.

Na última quarta-feira, o deputado leu nota a respeito do tema divulgada em Assunção, capital do Paraguai, por dois integrantes do Parlamento do Mercosul – os parlamentares Hector Lacognata, do Partido Pátria Querida, e Ricardo Canese, do Movimento Tekojoja. Ambos adiantam que apresentarão na próxima sessão do Parlamento um projeto de declaração de apoio

ao Paraguai e de repúdio “a todo intento de afetar a estabilidade das autoridades eleitas”.

O projeto foi elaborado, como explicam na nota os dois parlamentares, após a denúncia feita por Lugo da existência de um “complô golpista” contra o seu governo. O suposto golpe de Estado teria sido planejado em uma reunião na casa do general aposentado Lino Oviedo, da qual teria participado, segundo ainda a denúncia, o próprio presidente do Congresso paraguaio, Enrique González Quintana.

## Cristina Kirchner visita Garibaldi e Chinaglia

Convidada de honra do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para as comemorações do dia 7 de setembro, a presidente da Argentina, Cristina Kirchner, visita nesta segunda-feira o presidente do Senado, Garibaldi Alves, e em seguida se encontra com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia.

Nos encontros com as autoridades brasileiras, Cristina Kirchner

busca estreitar os laços de amizade entre os dois países, depois dos desentendimentos na Rodada Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC), quando a imprensa argentina chegou a aludir a “uma ferida aberta” entre os dois principais parceiros do Mercosul.

Era uma referência à aceitação brasileira, na Rodada Doha, de um nível mais baixo de proteção para o setor industrial, num conflito

de posições com economias mais frágeis, como a da Argentina. À imprensa de seu país, Cristina Kirchner mencionou essas dificuldades, mas ressaltou sua convicção de que a integração não foi afetada.

Cristina e Lula devem tratar de temas como a venda de aviões da Embraer para a Aerolíneas Argentinas e o fim do uso do dólar nas operações comerciais bilaterais.

## Países debatem elaboração de relatório sobre direitos humanos

A presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul, a uruguaia Adriana Peña, pediu na quinta-feira passada maior união dos países do bloco na implantação de políticas para os direitos humanos. Na abertura de uma audiência pública promovida pela comissão, em Brasília, ela recordou que Argentina e Brasil já elaboram informes anuais sobre o tema, enquanto Paraguai e Uruguai – os dois outros membros plenos do Mercosul – ainda não adotaram a mesma política.

– Nenhum país do mundo cumpre integralmente todos os direitos humanos, mas nós podemos avançar. Precisamos equilibrar e igualar as nossas leis, dentro da diversidade de cada país, para que todos tenham qualidade de vida – disse Peña, ao presidir a primeira audiência pública sobre o informe anual relacionado aos direitos humanos no Brasil, a ser elaborado pela comissão.

Faz parte das atribuições do Parlasul elaborar e publicar anualmente um relatório sobre a situação dos direitos humanos nos Estados partes, “levando em conta os princípios e as normas do Mercosul”. A tarefa deve ser desempenhada pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, à qual compete ainda apresentar ao Plenário um relatório sobre o tema.

O presidente do Parlasul, deputado Dr. Rosinha, admitiu

a dificuldade de elaboração do primeiro relatório da comissão sobre a situação dos direitos humanos em cada um dos países que integram o bloco. Na sua opinião, o documento a ser divulgado poderá ajudar a garantir credibilidade à nova instituição.

Entre os atuais temas em debate na área de direitos humanos no Brasil, citou o deputado brasileiro Geraldo Thadeu (PPS-MG), estão os de divulgação da “verdade histórica” sobre o governo militar e a disputa entre índios e produtores rurais em torno da demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. Thadeu citou ainda, como preocupação do Brasil e dos demais membros do Mercosul, a situação dos emigrantes sul-americanos na Europa e nos Estados Unidos.

– No começo do século recebemos imigrantes de vários países da Europa, que sempre foram tratados com dignidade. Hoje, o tratamento que recebemos é de total ingratidão – afirmou Thadeu.

Ana Maria Carvalho, representante do Ministério das Relações Exteriores, considerou importante a participação do Parlamento do Mercosul na discussão do tema. Ela informou que a elaboração de relatório entregue às Nações Unidas em abril deste ano já contou com a participação de diversas organizações da sociedade civil.

**Documento poderá aumentar credibilidade do Parlamento**



A uruguaia Adriana Peña, presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul, com o deputado brasileiro Geraldo Thadeu

## orçamento

### Lei para 2009 pode inovar e incluir um “anexo participativo”

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) pretende garantir maior efetividade aos mecanismos de participação da sociedade na elaboração do Orçamento da União para 2009. Para isso, o presidente do colegiado, deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), considera a idéia de incluir na proposta documento que

batizou de Anexo do Orçamento Participativo, para consolidar demandas apresentadas nos seminários regionais deste ano.

– Queremos tentar a experiência do orçamento participativo em nível federal, pela primeira vez – comentou o deputado, em referência ao sistema de participação popular já experimentado

na elaboração de orçamentos de muitos municípios.

O deputado apresentou o sistema Fiscalize, ferramenta da comissão que permite consultas sobre a execução do Orçamento pela internet. Agora, além de registrar os recursos transferidos pelo governo para os municípios, o Fiscalize divulga dados

de empenho – o ato inicial de compromisso com a realização de cada despesa – e informações sobre a finalidade específica do futuro gasto.

– Todo mundo poderá ver que, se tem um convênio, vai ocorrer uma licitação. Assim, poderá fazer o acompanhamento antes que aconteça qualquer coisa

errada – observou.

Na semana passada, a reunião que definiria o cronograma de tramitação do Orçamento 2009 foi adiada por falta de quórum. Mesmo com as dificuldades impostas pelo calendário eleitoral, Mendes Ribeiro disse que pretende cumprir os prazos e votar a proposta ainda este ano.

internacional

# Guiana elogia Brasil e quer discutir proteção às florestas

Missão oficial de cinco senadores visita país do Caribe e recebe apoio na disputa por vaga no Conselho de Segurança das Nações Unidas

A delegação de cinco senadores em visita oficial à Guiana na semana passada trouxe daquele país do Caribe o apoio às pretensões do Brasil de ser membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) e a certeza de que as nações vizinhas deverão ampliar a cooperação em temas como preservação das florestas e comércio exterior. A Guiana manifestou, inclusive, seu desejo de integrar-se ao Mercosul.

Em Georgetown, capital do país, os senadores tiveram reuniões com o presidente Bharrat Jagdeo, o presidente da Assembleia Nacional, Hari Ramkanan, e o primeiro-ministro Samuel Hinds, além de um encontro com o secretário-geral da Comunidade do Caribe (Caricom), Edwin Carrington.

O presidente da Comissão de

Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Heráclito Fortes (DEM-PI), e os senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Virgínio de Carvalho (PSC-SE) e Marco Antônio Costa (DEM-TO) viajaram acompanhados do embaixador José Marcus Vinícius de Sousa, que representa o Poder Executivo. A missão oficial ao Caribe incluiu ainda visitas à Jamaica, ao Panamá e à República Dominicana (veja nesta página).

Com o presidente Jagdeo, os senadores acertaram a realização de uma audiência reservada da CRE com a embaixadora no Brasil, Marilyn Miles, para tratar das políticas adotadas pela Guiana para preservar suas florestas. Jagdeo propõe que florestas preservadas, como são em grande parte as da Guiana, passem a receber também recursos



Presidente Bharrat Jagdeo recebe os senadores brasileiros em Georgetown: cooperação e comércio podem ser ampliados

**“Brasil forte, próspero e democrático é importante para a Guiana”**

## Países visitados

A Guiana é um país de língua inglesa com população de 770 mil habitantes. Na capital, Georgetown, vivem cerca de 213 mil pessoas. O país foi colonizado primeiro por holandeses e depois passou a ser uma possessão inglesa. O país tornou-se independente do Reino Unido em 1966. Os principais produtos do país são alimentos e derivados de petróleo.

Já o Panamá, país de língua espanhola, localiza-se na parte mais estreita do continente americano. Sua população é de quase 3 milhões de habitantes, mais da metade dela vivendo na pobreza. A economia está baseada no setor de serviços, e o Canal do Panamá, que liga os oceanos Atlântico e Pacífico, é uma das principais fontes de renda do país. Com cem anos de existência, o canal só passou a ser controlado pelo Panamá em 1999.

A Jamaica, cuja capital é Kingston, tem uma popu-



lação de 2,65 milhões de habitantes; 75% de origem africana. O idioma oficial é o inglês. Sua economia baseia-se na produção de banana, cana-de-açúcar, tabaco, café e laranja. É importante também a cultura de bovinos, suínos, carpinos e aves. Sua indústria produz cimento, máquinas agrícolas, têxteis e bebidas.

## Panamá pede escritório da Embrapa e mais vôos comerciais

Os senadores da CRE ouviram do presidente do Panamá, Martín Torrijos, e do chanceler Samuel Lewis Navarro o pedido de instalação de um escritório da Embrapa naquele país da América Central. A Embrapa já mandou uma missão ao Panamá e estuda a possibilidade de instalação de escritório no país.

De acordo com o embaixador Marcus Vinícius de Sousa, que representa o governo brasileiro na delegação, Torrijos também

deseja incrementar convênios com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e pediu que a empresa panamenha de aviação Copa possa operar vôos diretos ligando Cidade do Panamá a São Paulo e Brasília.

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) informou que Torrijos também tratou no encontro da expansão do canal do Panamá, que liga o oceano Pacífico ao Atlântico. Os principais usuários do canal são Estados

Unidos, China, Japão, Chile e Coreia do Sul.

O senador Virgínio de Carvalho entregou ao presidente da Corte Suprema panamenha, Harley J. Mitchell, documentos da CPI da Pedofilia sobre a hospedagem de sites com fotos de abuso sexual contra menores de idade em servidores do Panamá. O magistrado e a vice-presidente da corte, Esmeralda Arosemena de Troitiño, prometeram providências em relação à denúncia.

## Governo da Jamaica quer parceria para produzir etanol

O ministro dos Negócios Estrangeiros da Jamaica, Kenneth Baugh, afirmou aos senadores que o país deseja intensificar cada vez mais a parceria com empresas brasileiras para produção de etanol.

A empresa brasileira Infinity Bio-Energy venceu concorrência para a privatização da Jamaican Sugar Company e, no fim deste mês, deverá assumir o controle de cinco usinas de propriedade do governo jamaicano.

A Jamaica está instalando uma embaixada em Brasília e planeja, no futuro, entrar em negociações com o Mercosul, disse Baugh, destacando que o país tem acordos de comércio sem taxação com os EUA e a Europa e, por isso, pode

servir como “plataforma” para empresas brasileiras acessarem esses mercados.

– O futuro da Jamaica é muito dependente do tipo de relação que desenvolvermos no hemisfério sul – disse Kenneth Baugh.

Heráclito Fortes elogiou a confiança que a Jamaica vem demonstrando em relação aos empresários brasileiros e contou que estes, por sua vez, têm sentido grande segurança nas negociações com Kingstown.

– A Jamaica adotou uma posição pioneira para a região em relação ao etanol e assim prestará grande colaboração ao setor privado brasileiro, uma vez que abriu as portas do país para o investimento globalizado – destacou Heráclito.

## Embaixador anuncia ajuda para vítimas de furacão

Na reunião com o ministro dos Negócios Estrangeiros da Jamaica, Kenneth Baugh, o embaixador José Marcus Vinícius de Sousa, representante do Executivo na delegação, informou que o presidente Lula ajudará a Jamaica a se recuperar dos estragos causados pelo furacão *Gustav*, que passou pelo país na semana retrasada.

O dinheiro será enviado à embaixada brasileira, que o aplicará em bens escolhidos pelo governo local, de acor-

do com as necessidades dos jamaicanos, completou o diplomata.

O embaixador também entregou ao ministro jamaicano uma carta do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, pedindo apoio da Jamaica para a candidatura do país à Corte Internacional de Justiça. Baugh afirmou que vai considerar o assunto. A votação será realizada na sede da Organização das Nações Unidas, em Nova York, em novembro.

## Mesquita Júnior defende realização de plebiscitos sobre temas importantes

Geraldo Mesquita Júnior acredita que o Brasil deveria realizar mais plebiscitos para decidir sobre temas importantes. O comentário foi feito durante a viagem da delegação brasileira ao Caribe e o senador citou o exemplo do Panamá, que consultou a população antes de decidir sobre a expansão do canal que permite a ligação marítima entre o Pacífico e o

Atlântico.

– É uma obra equivalente à transposição do rio São Francisco. Só que no Panamá a população foi ouvida e no Brasil a decisão foi de três ou quatro pessoas. São obras de grande impacto na vida das pessoas – afirmou, lembrando que o plebiscito é um mecanismo previsto na Constituição, mas pouco usado em nosso país.

## homenagens



Adelmir Santana, João Batista de Medeiros, Leomar Quintanilha, Tião Viana, Sabri Lakhdari e Papaléo Paes na mesa da sessão

## Senado celebra Semana do Idoso em Plenário

Comemoração destaca os cinco anos do Estatuto do Idoso, mas senadores e representantes dos idosos identificam que ainda há muito a ser feito

O Senado homenageou a Semana do Idoso, cujo dia nacional é celebrado em 1º de outubro. A sessão especial marcou ainda o quinto aniversário da promulgação do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), que adota o padrão das Nações Unidas de considerar idosa, em países em desenvolvimento, a pessoa de mais de 60 anos.

O 1º vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), lembrou que o estatuto já está em prática na sociedade e destacou que o Senado dá sua contribuição.

O presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia no DF, Sabri Lakhdari, e o assessor especial da Subcomissão do Idoso, João Batista de Medeiros, foram convidados a compor a mesa da sessão.

A homenagem em Plenário foi realizada a pedido do senador Leomar Quintanilha (PMDB-

TO), que avaliou que o crescimento do número de idosos no país decorre das muitas ações em favor desse segmento que vêm sendo tomadas, em especial na medicina e no saneamento básico. Lakhdari, porém, disse que, apesar de ter produzido “leis fantásticas”, o Brasil não oferece o tratamento determinado pela legislação aos idosos.

Papaléo Paes (PSDB-AP) disse que as especialidades médicas que lidam com o idoso são mais necessárias a cada dia, por conta do aumento dessa faixa da população, que hoje reúne cerca de 20 milhões de brasileiros.

– Apesar dos avanços, falta muito para chegarmos ao nível de países desenvolvidos, pois são escassas as unidades especializadas na geriatria.

Papaléo pediu uma avaliação dos cinco anos de vigência do estatuto pelos direitos que

consagrou, como a proibição de aumento no valor dos planos de saúde por faixas de idade, a garantia de fornecimento de medicamentos gratuitos para idosos e as providências para combater a violência física e moral contra eles. Ele lembrou ainda que a taxa de analfabetismo entre os idosos é de 40%, bem maior que a média nacional.

As dificuldades que os idosos que têm planos de saúde enfrentam para utilizar os serviços contratados foram mencionadas por Adelmir Santana (DEM-DF). Ele criticou a demora na autorização de exames e cirurgias.

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) também destacou os avanços do Estatuto do Idoso.

## Idosos apresentam sugestões de projetos de lei aos senadores

A Subcomissão Permanente do Idoso, ligada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), realizou, como parte da programação da Semana do Idoso, encontro com representantes de grupos de idosos do Distrito Federal, quando foram apresentadas sugestões para uma nova legislação visando melhorar a qualidade de vida dos indivíduos com mais de 60 anos. As propostas serão encaminhadas aos senadores.

O presidente da subcomissão, senador Leomar Quintanilha, disse que os senadores têm interesse em garantir bom atendimento à saúde e facilidades para o convívio social. Segundo ele, o objetivo da Semana do Idoso é identificar como o Senado pode contribuir para que os idosos exerçam mais completamente

sua cidadania.

Judson Seraine Teles propôs um projeto para exigir que seja feito o pagamento integral e imediato de precatórios quando o beneficiário for pessoa com mais de 70 anos.

Corina Pereira de Souza apresentou proposta exigindo que telefones tenham medidores com dados imediatos sobre os custos das ligações. Gessy Paula Godinho trouxe a idéia de facultar o ingresso de pessoas com mais de 55 anos e nível médio completo às universidades sem necessidade de prestar vestibular.

Dario dos Reis Oliveira sugeriu a “ajuda especial de manutenção”, de um salário mínimo, para famílias que tenham pessoas com mais de 70 anos e renda mensal *per capita* inferior a dois salários mínimos.

**Pagamento imediato de precatórios a idosos é uma das propostas**



Idosos de diversas localidades do Distrito Federal fizeram o papel de senadores por um dia

## Inclusão social dos negros é cobrada em seminário

Durante o seminário *O Negro na Independência do Brasil*, que integrou as comemorações da Semana da Pátria, o subsecretário de Planejamento da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Martvs Antônio Alves das Chagas, defendeu as iniciativas do presidente Lula e as políticas públicas do governo. Ele pediu a inserção do negro nas universidades brasileiras. Martvs enalteceu o trabalho do ativista negro e ex-senador Abdias Nascimento.

O deputado Carlos Santana (PT-RJ), presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial, disse que “esconder a participação do negro na independência do Brasil é esconder a cara do próprio país”. De acordo com Santa-

na, o problema da discriminação racial somente será resolvido quando o país tiver condições de oferecer aos negros um sistema de inclusão social por meio de uma boa política de cotas numa educação pública de qualidade.

Ele também pediu um feriado nacional no Dia da Consciência Negra, 20 de novembro. “Se todo mundo soubesse quem foi Zumbi dos Palmares, não haveria

Caxias como patrono do Brasil”, afirmou. Para o deputado, não houve uma plena abolição da escravidão, pois “não há liberdade sem reparações”.

O seminário teve o apoio da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e foi realizado em conjunto com a Câmara dos Deputados, o Governo do Distrito Federal e entidades de direitos humanos.



Mesa do seminário reuniu representantes dos negros: abolição não será plena sem reparações

## Homenagem e reivindicações nos 200 anos da criação da Polícia Civil

A Polícia Civil foi homenageada na última quinta-feira pelo Senado, em sessão especial, pelos 200 anos de sua criação. Autor do requerimento para a realização da sessão, o senador Romeu Tuma (PTB-SP) afirmou que “o combate inclementemente à corrupção feito pelos policiais precisa ser acompanhado de patamares salariais dignos e decentes”.

Tuma reivindicou a aprovação de um piso salarial nacional dos policiais, como já foi feito para os professores.

– Há, na Câmara dos Deputados, várias iniciativas para melhorar a carreira dos policiais, entre elas a proposta de emenda à Constituição 549/06 [do deputado Arnaldo Faria de Sá], que resgata a carreira jurídica para os dele-

gados de polícia, bem como a PEC [proposta de emenda à Constituição] relativa às guardas municipais. Também o PLS 149/01-complementar, de minha autoria, que regulamenta a aposentadoria da

**Tuma defende piso salarial nacional para policiais nos estados**

mulher-policial já foi aprovado no Senado, mas continua empacado na Câmara – lamentou.

Tuma afirmou que no dia 10 de maio de 1808, logo depois de

ter chegado ao Rio de Janeiro, D. João VI criou a Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado, posteriormente denominada Polícia Civil. Segundo o senador, esse alvará foi o marco primitivo do trabalho policial institucionalizado e serviu de embrião para a concretização das polícias Militar e Federal, muitos anos mais tarde.

## comissões



Adalton Martins (E) e Magno Malta, em entrevista na sede da Polícia Federal, falam sobre a Operação Carrossel 2

## Malta: posse de material pedófilo deve ser crime

Senador apela para mudança na lei que autorize a prisão de quem detém fotos e vídeos de pornografia com crianças, não só para quem distribui

Magno Malta (PR-ES) disse na quarta-feira que não é possível que as operações policiais apreendam computadores e deixem os pedófilos soltos. Em entrevista na sede da Polícia Federal, em Brasília, o senador lamentou que a legislação brasileira não autorize a prisão de pessoas que armazenam fotografias e vídeos contendo imagens de abuso sexual de crianças e adolescentes.

Ao elogiar os resultados da Operação Carrossel 2 – a apreensão de vasto material de pedofilia em 113 residências e empresas distribuídas em 17 estados e no Distrito Federal –, Malta defendeu a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de projeto (PLS 250/08) que tipifica a posse desse tipo de material, já aprovado pelo Senado.

– Pela lei vigente, a prisão só pode ocorrer se houver flagrante, se a polícia chegar no momento exato em que o pedófilo está no

teclado do computador, enviando a pornografia, o que é muito difícil de acontecer. Se a legislação já tivesse mudado, teríamos hoje 113 ordens de prisão e não 113 mandados de busca e apreensão – afirmou Malta, que preside a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia.

O chefe da Unidade de Repressão a Crimes Cibernéticos da PF, delegado Adalton de Almeida Martins, informou que o órgão agora fará a perícia de todo o material apreendido. Ele disse que os dados sobre a operação ainda estão sendo consolidados, mas revelou que foram encontrados equipamentos contendo pornografia infantil em todos os locais vistoriados.

O delegado explicou que os computadores apreendidos estavam ligados a uma rede conectada ponto a ponto (*peer-to-peer*). Nesse sistema, um computador se conecta diretamente ao outro, sem a necessidade de um prove-

dor central de acesso. Martins afirmou que a cooperação com a CPI da Pedofilia permitiu à Polícia Federal o aperfeiçoamento de ferramentas, como os *softwares* usados para o rastreamento de usuários da rede, a triagem e a compilação de dados.

### Operação foi realizada em parceria internacional

O delegado informou que o Brasil está atuando em cooperação com mais de 70 países, o que permitiu que ações fossem deflagradas também em Portugal, Japão, Israel, República Tcheca e Senegal. Os dados sobre a conexão entre pedófilos nesses países foram fornecidos pela Polícia Federal a representantes da Interpol no Brasil, explicou Martins.

Segundo ele, as parcerias surgiram com a Operação Carrossel, realizada em dezembro de 2007 pela PF, na qual foram identificadas redes de pedofilia com conexões em mais de 70 países. Com as informações fornecidas pelo órgão brasileiro, foram identificados mais de 200 pedófilos e efetuadas prisões em diversos países.

## Empresas de telefonia devem apressar entrega de dados a CPI

Representantes das empresas Brasil Telecom, Telefônica, GVT, Oi Telemar e NET e da Associação Brasileira dos Provedores de Internet (Abranet) reuniram-se, na terça-feira passada, com assessores da CPI da Pedofilia para elaboração de um termo de ajustamento de conduta (TAC) que agilize o fornecimento de dados de usuários da internet investigados pela prática de pedofilia.

As empresas se comprometeram a responder, até o dia 26 deste mês, questionário elaborado pela CPI com perguntas sobre aspectos a serem incluídos no TAC. O encontro foi o primeiro desdobramento do compromisso assumido pelas empresas de telefonia durante audiência realizada na CPI no dia 28 de agosto.

O colegiado quer a opinião das empresas e dos provedores sobre questões como dificuldades operacionais para registro de dados de conexão à internet, prazos de armazenamento das informações e custos para o fornecimento dos dados, quando solicitados pela Justiça. A partir dessa consulta, o grupo poderá definir o conteúdo do TAC e elaborar uma minuta de projeto de lei para regulamentar a atividade de provimento de acesso e serviços de internet.

A nova lei também deve estabelecer os termos da cooperação que deverá existir entre as empresas de telecomunicação e autoridades policiais e judiciais para troca de informações sobre crimes praticados na rede mundial de computadores.

Para o assessor da CPI e presidente da organização não-governamental Safernet, Thiago Tavares, a participação das empresas na elaboração do termo de ajuste e do projeto de lei é essencial para que o acordo tenha o apoio de todas as partes envolvidas. “Tentaremos estabelecer um projeto de consenso, fruto de amplo acordo, que possa ser rapidamente aprovado, de forma a que o país tenha um marco jurídico que regule o setor”, declarou.

Os assessores da CPI informaram que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e o Comitê Gestor da Internet também serão convidados a indicar representantes para o grupo de trabalho que vai elaborar o TAC e a minuta do projeto.

## Juristas propõem alternativas que evitem prisão preventiva

Os juristas da comissão externa criada para elaborar o anteprojeto do Código de Processo Penal voltaram a se reunir na terça-feira passada. O consultor legislativo do Senado Fabiano Augusto Silveira, um dos nove integrantes do colegiado, informou que o grupo retomou a discussão do papel que o juiz deve ocupar na investigação e no processo.

Na fase de investigação, disse o consultor, a comissão considerou que o juiz, para garantir sua imparcialidade, não deve gerir ou produzir provas. Sobre a fase processual, contou Fabiano Silveira, houve divergências, mas preponderou o entendimento de que cabe ao Ministério Público comandar a produção de provas. A comissão chegou

a um modelo em que o juiz, quando reconhecer que há insuficiência da defesa técnica, poderá, a partir do material já apresentado, pedir complementação das provas.

A reforma do código também deverá oferecer instrumentos legais para restringir a prisão preventiva somente a casos de evidente necessidade. Silveira disse que, na fase processual, deve prevalecer o princípio da presunção de inocência. Os membros da colegiado concluíram ainda pela necessidade de haver maior aproximação entre o modelo recursal do processo civil e o do processo penal, respeitando as particularidades que existem em cada uma dessas áreas do Direito.

A próxima reunião do grupo está prevista para outubro.



Eugenio Pacelli (E) e Hamilton Carvalho são o relator e o coordenador da comissão que discute a reforma do Código de Processo Penal

## agora é lei

### Lei coíbe abusos nas investigações em escritórios de advocacia

A lei que trata da inviolabilidade dos escritórios de advocacia (nº 11.767/08) já está em vigor depois de ter sido sancionada, com vetos, e publicada no *Diário Oficial* do dia 8 de agosto.

O texto manteve os pontos básicos defendidos pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e reforçou a inviolabilidade do escritório ou local de trabalho do advogado, os seus instrumentos de trabalho e sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, que estejam fora do

caso investigado. Outro ponto defendido pela entidade e preservado no texto prevê que a Justiça poderá expedir mandado de busca e apreensão, relativa a fatos comprovados de culpabilidade do advogado, a ser cumprido com a presença de representante da OAB.

Na prática, a nova lei consolidou a jurisprudência sobre o assunto, seguindo o que foi defendido pelo Ministério da Justiça e a Advocacia Geral da

União (AGU). O Planalto vetou o parágrafo 5º, que definia os instrumentos de trabalho do advogado, e o parágrafo 8º, prevendo que a investigação se restringiria aos instrumentos de trabalho privativos do profissional suspeito, mas não instrumentos compartilhados com outros advogados.

O projeto aprovado define ainda que a Justiça não poderá lançar mão das informações obtidas em documentos, mídias e objetos pertencentes a clientes do advogado investigado que estejam alheios ao caso específico objeto da intervenção.

O projeto original foi apresentado pelo deputado Michel Temer (PMDB-SP), e no Senado teve como relator Valter Pereira (PMDB-MS). O senador explicou que a proposta visa evitar abusos por parte de autoridades, já que a Constituição prevê a inviolabilidade, mas não especifica em quais circunstâncias ela pode ser quebrada.

**Texto garante inviolabilidade de material não ligado ao caso em apuração**



Garibaldi Alves (2º à esq.) debateu com o diretor da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa (E), e os senadores Tião Viana e Demostenes Torres as medidas a serem tomadas contra o uso de grampos telefônicos; de acordo com denúncias, a prática ilegal poderia ser comandada pela Agência Brasileira de Inteligência

## Senado se mobiliza para combater as escutas telefônicas ilegais

Comissão que controla atividades de inteligência convoca o general Jorge Félix e Paulo Lacerda, diretor afastado da Abin

A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso se reúne nesta terça-feira para avaliar o episódio das escutas telefônicas que atingiram autoridades. Foram convidados a prestar esclarecimentos o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Félix, e o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), delegado Paulo Lacerda, que está temporariamente afastado do cargo.

Segundo a revista *Veja*, a Abin grampeou o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, inúmeros senadores, como Demostenes Torres (DEM-GO), Arthur Virgílio (PSDB-AM), José Agripino (DEM-RN), e até o presi-

dente do Senado, Garibaldi Alves, além de integrantes do Executivo, como a ministra Dilma Rousseff.

O convite a Lacerda e Jorge Félix partiu do presidente da comissão, Heráclito Fortes (DEM-PI). Em entrevista à Agência Senado, Heráclito considerou as denúncias “gravíssimas” e, avaliou que, caso o governo não dê explicações e realize rigorosa apuração dos fatos, “não restará outro caminho a não ser a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito”. Ele estava no Panamá em visita diplomática como integrante da Comissão de Relações Exteriores.

Heráclito disse que o grampo é “inadmissível”, contra quem quer se seja. “É uma agressão à Constituição, uma tentativa clara de instalar um estado

policialesco no Brasil”, afirmou.

Peritos da Polícia Federal fizeram uma varredura na central telefônica do Senado, à procura de escutas ilegais, mais especificamente nos aparelhos do gabinete de Demostenes, que foi vítima de grampo telefônico. Ele recebeu o delegado da Polícia Federal William Murad, que ouviu seu depoimento durante três horas.

A perícia foi autorizada por Garibaldi, que anteriormente dera um prazo para a Polícia Legislativa investigar se o grampo partira do Senado.

Na segunda-feira passada, acompanhado por Demostenes e Tião Viana (PT-AC), Garibaldi foi ao Palácio do Planalto cobrar do presidente da República a apuração do episódio e a punição

dos responsáveis pelas escutas ilegais. Dois dias depois, Garibaldi se reuniu com Gilmar Mendes para discutir as iniciativas que ambos os Poderes poderiam tomar para combater a prática do grampo ilegal. “As providências que estamos tomando são providências que passam por uma cooperação entre os três Poderes”, disse Garibaldi.

Para ele, é necessário que a Casa aprove o substitutivo que Demostenes apresentou a projeto do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) para coibir a prática (*leia na página ao lado*). “Agora tem que ter desdobramentos. O Senado precisa aprovar regras definitivas para coibir e punir escuta telefônica realizada sem autorização judicial”, declarou.

A votação da proposta que prevê até seis anos de reclusão para autoridades públicas que violarem o sigilo da comunicação telefônica sem autorização judicial poderá ser concluída pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) nesta quarta-feira e, no mesmo dia, enviada para a Câmara. A informação foi dada pelo presidente da CCJ, Marco Maciel (DEM-PE). O projeto já foi votado na CCJ em primeiro turno, mas precisa ainda passar pelo segundo turno de votação. “Já entrei em contato com o presidente do Senado para encontrar uma forma de superar as exigências regimentais, de modo que a proposta seja enviada no mesmo dia à Câmara”, informou Maciel, referindo-se ao prazo de cinco sessões exigido para envio de recurso ao Plenário.

A proposta foi elaborada em conjunto com o Ministério da Justiça e com base nos projetos de lei (o PLS 525/07) do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e do Poder Executivo (PL 3.272/08), que tramita na Câmara. A matéria modifica a Lei 9.296/96, que regulamenta a inviolabilidade das comunicações telefônicas, disciplinando a quebra desse sigilo, por ordem judicial, para investigação criminal ou instrução processual penal.

O relator Demostenes Torres deve apresentar outro projeto com o objetivo de controlar as atividades da Abin e, ao mesmo tempo, coibir as escutas ilegais. O senador quer a criação de uma ouvidoria dentro da Abin, composta por sete membros dos três Poderes, que se reportariam diretamente ao Congresso. “O presidente Garibaldi me incumbiu de apresentar esse projeto”, explicou.

Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou na quinta-feira um projeto (PLS 327/08) que tem por objetivo a fiscalização dos pedidos de interceptação telefônica. Para isso, serão instituídos conselhos nos ministérios públicos da União e dos estados. O texto foi enviado à CCJ, onde aguarda a designação de um relator e o recebimento de emendas. O projeto terá decisão terminativa na comissão.

Outra proposta (PLS 741/07), com a finalidade de obrigar os fabricantes de aparelhos de escuta a repassar à Polícia Federal os cadastros de seus clientes, está na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) e deve ser votada na quarta-feira. Se aprovado, o texto elaborado por Romeu Tuma (PTB-SP) e relatado por Cícero Lucena (PSDB-PB) segue para a CCJ.



ANTONIO CRUZ / ABR

## Oposição quer instalação de CPI no Congresso

Os partidos DEM, PSDB e PPS devem propor a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) na Câmara e do Senado para investigar a denúncia de grampos de autoridades pela Abin. A decisão, segundo afirmou o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que também teria sido alvo de grampo, conforme a revista *Veja*, foi tomada para investigar o que ele classificou de “grave violação” ao direito constitucional da privacidade. “Confesso meu inconformismo em relação à reação do Congresso, que foi tímida, insuficiente e não está à altura das tradições do Parlamento, está distante das expectativas da sociedade, e não contribui para recuperar a credibilidade que perdemos”, declarou.

As lideranças oposicionistas também devem, de acordo com Alvaro Dias, visitar a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a presidência do STF

“buscando solidariedade para a ação de repúdio a essa prática instalada certamente no Palácio do Planalto”. Mas ele não é otimista em relação à prisão dos culpados. “Não há como gerar expectativas de que teremos conclusões objetivas em relação aos culpados por esse crime”.

Já o presidente Garibaldi Alves disse à Agência Senado ser contrário a uma CPI neste momento. “Eu acho que não é necessá-

rio, até porque já existe uma CPI dos Grampos [na Câmara dos Deputados]. Ora, nós temos aqui a experiência da existência de duas CPIs funcionando ao mesmo tempo. Isso é recente e não apresentou bons resultados”, observou.

Na Câmara, a

CPI das Escutas Telefônicas Clandestinas ouviu na semana passada o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Félix, e diretor-adjunto afastado da Abin, José Nilton Campana. A CPI convocou o ministro da Defesa, Nelson Jobim, e o diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa. Paulo Lacerda, diretor-geral afastado da Abin, já depôs espontaneamente no último dia 21.



O relator da CPI da Câmara dos Deputados, Nelson Pelegrino, conversa com o presidente, Marcelo Itagiba

## Proposta de seis anos de prisão para espião pode ser votada na quarta

### Caça aos espiões

Veja o que prevê o projeto que pune as escutas telefônicas ilegais:

**1.** O mandado judicial que determinar a quebra do sigilo deverá conter o nome da autoridade responsável pela execução ou acompanhamento da escuta. Também deverão ser informados os nomes do juiz, do escrivão e de qualquer outra pessoa com acesso à transcrição do grampo;

**2.** A operadora de telefonia será a executora do grampo e deverá informar o nome do responsável pela operação técnica. Acabaria, assim, a prerrogativa da Polícia Federal e do Ministério Público, que hoje executam escutas com autorização judicial.

**3.** A interceptação das ligações terá prazo até 60 dias, prorrogáveis por igual período pelo juiz, até um máximo de 360 dias ininterruptos;

**4.** A decisão que autorizar o grampo deverá ser formulada por escrito pelo juiz, com a indicação de indícios suficientes de ação criminosa;

**5.** Conversas do advogado com o acusado poderão ser usadas no processo quando o juiz considerar que elas ultrapassam os limites do exercício da atividade profissional;

**6.** Poderá haver recurso, por meio de liminar, em segredo de Justiça, contra a decisão do juiz de negar a quebra de sigilo;

**7.** O Poder Executivo deverá criar um sistema centralizado de informações sobre quebra de sigilo de ligações telefônicas, para fins estatísticos e de planejamento de ações policiais. O sistema não arquivará o conteúdo das ligações;

**8.** Violar o sigilo telefônico pode resultar em reclusão de dois a quatro anos e multa. A pena será a mesma por violar o segredo de Justiça, com aumento da punição se o réu for servidor público.

## Nem democracias escapam da bisbilhotagem de agentes

Em teoria, a escuta telefônica (vulgarmente chamada de grampo) é estritamente controlada na maioria dos países democráticos, como forma de proteger a privacidade dos cidadãos. O grampo, para ser feito, requer uma autorização judicial, que só deve ser concedida nos casos em que não é possível obter prova dos crimes investigados mediante o emprego de métodos menos intrusivos.

Na realidade, a história é outra. Mesmo em democracias, os telefones muitas vezes são grampeados sem o aval de um juiz. E a prática parece vir se tornando cada vez mais comum em vários países em nome do combate ao terrorismo, especialmente depois dos atentados ocorridos em Nova York, nos Estados Unidos, em 11 de setembro de 2001.

Mas, apesar da vulgarização recente, o grampo é coisa antiga. Lá mesmo nos EUA, os partidários de Abraham Lincoln grampeavam o telégrafo dos sulistas já na Guerra Civil Americana, entre 1861 e 1865. A escuta telefônica começou em 1890, depois da invenção do telefone e de aparelhos capazes de gravar as ligações. E a prática se tornou comum a partir de 1928, depois que a Suprema Corte americana declarou que ela era constitucional.

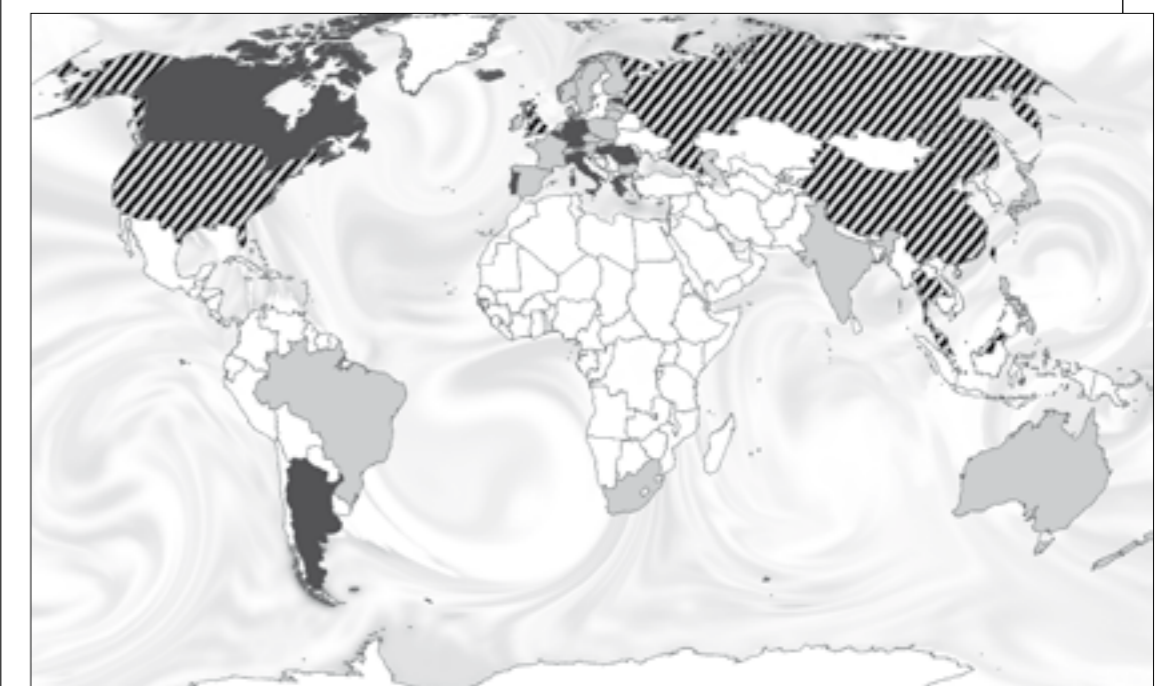
Um caso célebre de grampo legal levou à prisão do ex-espião soviético Aldrich Ames, em 1994, durante o governo Bill Clinton. Outro caso famoso – este ilegal – ocorreu dez anos depois, quando descobriu-se que cem telefones de integrantes do governo grego tinham sido grampeados, inclusive

o do primeiro-ministro. A escuta teria sido feita por uma agência de inteligência estrangeira por razões de segurança relacionadas às Olimpíadas de Atenas, em 2004.

O episódio mais recente nos EUA ocorreu em 2005, quando a Agência Nacional de Segurança (NSA, na sigla em inglês) foi pega num flagrante de escuta sem mandado judicial. Na época, o presidente George W. Bush admitiu ter violado a lei ao autorizar o grampo, especialmente a exigência de autorização judicial contida na quarta emenda da Constituição americana. Bush alegou que a decisão se baseou em outras leis federais e artigos da Constituição. Mais que isso: segundo ele, o grampo era preciso para combater o terrorismo e capturar envolvidos nos ataques de 11 de setembro.

## Um mundo monitorado por sistemas de informação

Em nome do combate ao terrorismo, no caso de países democráticos, ou para controlar os opositores e manter o poder político nos regimes totalitários, sociedades vivem sob vigilância, de acordo com a ONG Privacy International\*



- Sociedades vigiadas de forma endêmica, como China, Rússia, Estados Unidos e Reino Unido.
- Extensivamente vigiadas (como Índia e França); ou com falhas sistêmicas nas salvaguardas individuais (Brasil).
- Com algumas salvaguardas legais, mas com proteção frágil (como Canadá, Portugal e Argentina); ou com salvaguardas adequadas contra os abusos de vigilância (a Grécia se destaca).

\* Países em branco não são avaliados pela Privacy International

## Senadores cobram explicações do presidente da República

O episódio dos grampos telefônicos supostamente feitos pela Abin provocou discursos acalorados no Plenário. O caso “fere violentamente a democracia”, disse o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), que sugeriu que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, vá ao Congresso para dar explicações. “Se grampearam o telefone do seu secretário particular, Gilberto Carvalho, grampearam Lula. Quem espiona o secretário do presidente, está espionando o presidente. É ele quem transmite suas ordens”, afirmou. Para Virgílio, Lula, “que chegou a ser preso” ao lutar por democracia e pelos trabalhadores, devia dar “uma demonstração inequívoca de que tem apreço pelo sistema democrático comparecendo ao Congresso”.

– Não sugiro nada espetaculoso. Garanto que o presidente será tratado com o maior respeito. Não será interrompido. Será ouvido em silêncio. Ele

precisa mostrar que não concorda com um sistema policialesco – declarou.

O senador sustentou que o episódio é mais grave que o do mensalão, pois “fere o cerne da democracia”. Virgílio também criticou a “reação branda” do Congresso Nacional.

Cícero Lucena (PSDB-PB) também considerou o caso “muito grave”. E lembrou que, “por muito menos que isso, o presidente Nixon foi obrigado a renunciar” nos Estados Unidos, em 1974, para fugir de um *impeachment*. O parlamentar sublinhou que, naquele caso, o processo começou com a invasão de salas do Partido Democrata por parte de pessoas que tinham instalado escutas telefônicas.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu o *impeachment* de Lula. O senador também defendeu a demissão imediata do ministro da Justiça, Tarso Genro, que “não tem qualificação para ficar no ministério”. E propôs a adoção do

parlamentarismo, porque esse sistema permitiria ao Congresso demitir membros do governo envolvidos em escândalos sem precisar esperar a ação do presidente da República, que, no caso de Lula, “nunca sabe de nada” nem demite os envolvidos nos “sucessivos escândalos”.

Papaléo Paes (PSDB-AP) disse que a prática da escuta telefônica irregular objetiva encontrar algum indício de irregularidade e, a partir disso, sustentar um pedido legal de grampo de telefones. “Primeiro, ficam bisbilhotando a vida da pessoa. Se houver algum indício, aí pedem uma escuta legal, afirmou.

Já o senador João Pedro (PT-AM) parabenizou o presidente Lula por afastar os dirigentes da Abin e avaliou ser hora de essa instituição se manifestar de forma clara acerca do episódio. Ele cumprimentou o presidente por determinar “uma investigação rigorosa



Arthur Virgílio sugere que Lula compareça ao Congresso e “demonstre apreço à democracia”

para detectar os mandantes desses procedimentos ilegais”. João Pedro disse esperar explicações da Abin. “É hora de a Abin dizer quem são os envolvidos, ou se não tem ninguém da Abin envolvido. Mas não pode uma instituição do Estado, ligada à Presidência da República, servir a procedimentos que nós estamos condenando e que ninguém no Brasil aceita”, enfatizou.



# Mais imposto pode reduzir a fumaça do cigarro

“Fumar é um costume repulsivo para os olhos, detestável para o olfato, daninho para o cérebro, perigoso para os pulmões.”

Rei James I, da Inglaterra, ainda no século 17

O tabaco causa prejuízos de mais de US\$ 200 bilhões ao ano no mundo, valor calculado pelo Banco Mundial com base em fatores como o tratamento das doenças relacionadas ao tabaco, mortes de cidadãos em idade produtiva, maior índice de aposentadorias precoces, aumento no índice de faltas ao trabalho e menor rendimento produtivo.

No início dos anos 1990, 35% da população brasileira com mais de 15 anos era fumante. Em 2007, o índice baixou para 16,4%, conforme pesquisa do Ministério da Saúde. De cada cem pacientes que desenvolvem câncer, 30 são fumantes. Estudo de 2005 da economista Márcia Pinto, da Fundação Oswaldo Cruz, revelou que o cigarro provoca um prejuízo anual para o sistema público de saúde de, pelo menos, R\$ 338 milhões. Quase 8% dos gastos do sistema vão para doenças ligadas ao cigarro.

Esses números podem explicar

por que a recomendação unânime das entidades envolvidas no combate ao tabagismo é a de sobretaxar o produto e ampliar as restrições ao vício.

No Brasil, o cigarro, mesmo taxado em 75%, é o sexto mais barato do mundo. Na Dinamarca, a taxa chega a 84% (veja gráfico), mas nos Estados Unidos, por exemplo, os tributos representam apenas 24% do preço ao consumidor.

Em maio, o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, enviou à Casa Civil da Presidência da República uma minuta de projeto de lei que extingue os fumódromos em ambientes públicos e coletivos. Oficialmente, na semana passada, a Casa Civil informou que o projeto ainda “está em estudos”.

Temporão abriu outra frente de combate ao fumo, ao levar à equipe econômica do governo federal a proposta de aumentar a carga de impostos sobre os derivados do tabaco, como forma de reduzir o seu consumo.

## A convenção-quadro

O mais forte e global nó no torniquete em torno da indústria tabagista ocorreu em maio de 2003, quando 192 países aprovaram um tratado (chamado de convenção-quadro) da Organização Mundial da Saúde (OMS) que prevê controle sobre o comércio de cigarro, limites à propaganda, aumento de impostos e divulgação dos malefícios que

ele causa.

No Brasil, essas regras quase nada acrescentam ao que já se tornou lei: a propaganda foi maciçamente reduzida, o imposto é consideravelmente alto, os maços trazem alertas do Ministério da Saúde e a nomenclatura *light* está proibida. Mas o cenário global pode melhorar muito se o acordo sair mesmo do papel.

## O avanço da mortandade

• O tabaco é responsável por **5 milhões** de mortes ao ano no mundo, o que corresponde a mais de **10 mil** mortes por dia

• **100 milhões** de mortes foram causadas pelo tabaco no século 20

• As mortes relacionadas ao uso do tabaco subirão para mais de **1 bilhão** no século 21; essa previsão significa **10 vezes** mais mortes do que se previa no século passado

• Chegaremos em 2030 somando mais de **8 milhões** de óbitos por ano, e **80%** deles acontecerão nos países em desenvolvimento

• **Metade** dessas mortes vai atingir indivíduos em idade produtiva (entre 35 e 69 anos)

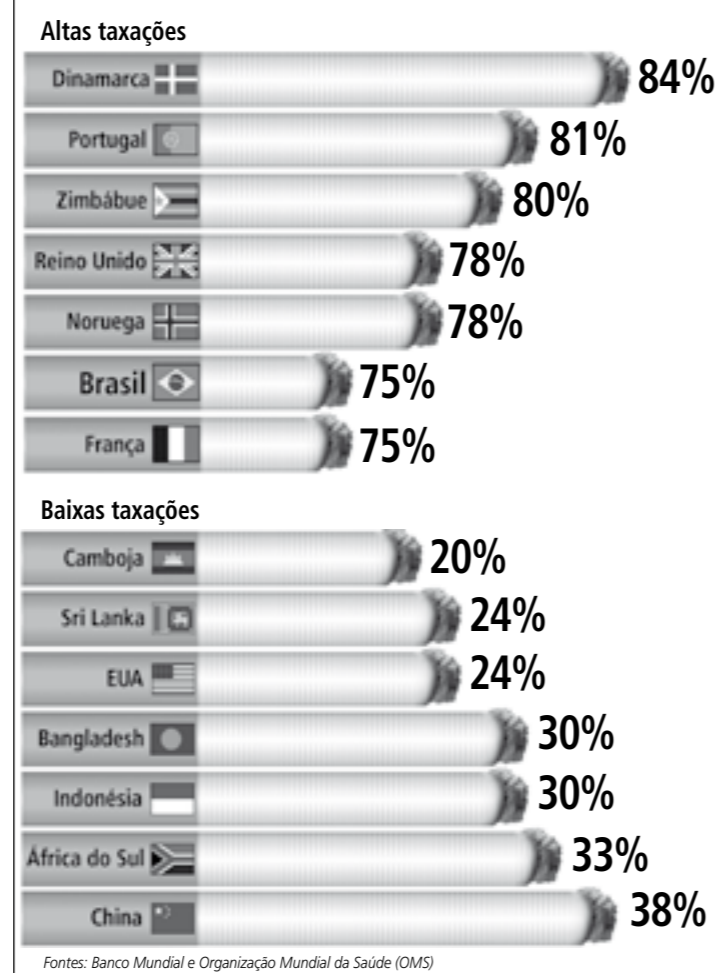
Fonte: Organização Mundial da Saúde



Tião Viana (acima) pretende aumentar a taxa sobre os cigarros. Ministro da Saúde, José Gomes Temporão quer também acabar com os fumódromos



## O peso do imposto sobre o cigarro



## Grande produtor, Brasil também é modelo de combate ao fumo

Embora seja o segundo produtor e o maior exportador mundial de tabaco, o Brasil é reconhecido internacionalmente pela luta contra o tabagismo, que tem mostrado resultados concretos, como a redução do número de fumantes. Em 1989, por exemplo, 32% da população acima de 15 anos era fumante, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2003, esse número caiu para 19%.

O Brasil foi escolhido pela OMS para sediar um dos cinco centros laboratoriais mundiais

de referência para controle e pesquisa dos derivados do tabaco por meio de parceria entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Instituto Nacional do Câncer (Inca).

O Programa Nacional de Controle do Tabagismo é desenvolvido pelo Inca em parceria com as 27 secretarias estaduais de saúde. Quem quer abandonar o vício pode ligar para o Disque Pare de Fumar (0800-611997 – opção 6), que presta informações sobre tratamentos e como superar a síndrome de abstinência.

## Principais projetos

### No Senado

#### TAXAÇÃO DOS PRODUTOS

**PLS 314/08**  
Eleva a incidência da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre cigarros.  
Autor: Tião Viana (PT-AC)

**PEC 38/08**  
Institui hipótese de não-incidência do ICMS nas operações interestaduais de fumo em folha cru quando destinado à industrialização e posterior exportação.  
Autor: Sérgio Zambiasi (PTB-RS)

**PLS 737/07**  
Destina recursos arrecadados pela União das indústrias que exploram o fumo e as bebidas alcoólicas para utilização na saúde.  
Autor: Romeu Tuma (PTB-SP)

**PLS 164/99**  
Cria contribuição destinada a financiar programas de tratamento de doenças provocadas pelo fumo.  
Autor: Luiz Estevão (senador cassado em 2000)

#### RESTRIÇÃO AO HÁBITO

**PLS 315/08**  
Proíbe o uso de produtos de tabaco em ambientes fechados.  
Autor: Tião Viana (PT-AC)

**PLS 83/02**  
Veda o uso de produto fumígeno em solenidades públicas.  
Autor: Moreira Mendes (ex-senador)

**PLS 420/05**  
Proíbe o uso de produtos de tabaco nos bares, restaurantes e demais estabelecimentos assemelhados.  
Autor: Magno Malta (PR-ES)

**PLS 330/99**  
Veda o acesso de menores de idade aos produtos de tabaco e dá outras providências.  
Autor: Romero Jucá (PMDB-RR)

#### SOBRE O RAMO DE FUMO

**PLS 200/00**  
Substitui o ramo de fumo nas Armas Nacionais pelo de guaraná.  
Autor: Jefferson Pères (ex-senador)

## Na Câmara

**PL 3691/08**  
Cria Fundo de Fomento ao Esporte, composto de parte da arrecadação dos tributos federais incidentes sobre o fumo e sobre bebidas alcoólicas.

**PL 2.833/08**  
Proíbe a instalação de fumódromo.

**PL 192/07**  
Cria a Cide – Tabaco e Bebidas.

## Uma história que começou há oito mil anos no Peru

Planta descoberta há cerca de 500 anos na América, o tabaco que recheia cigarros, cachimbos e charutos era desconhecido pelos europeus até 1498. A história começou bem antes, há 8 mil anos, no Peru, com o primeiro cultivo. Quando os exploradores espanhóis chegaram ao lugar, 7.500 anos depois, a plantinha cheirosa e de folhas vistosas já se espalhava por boa parte do continente. Inicialmente, suas folhas eram fumadas, cheiradas na forma de rapé (tabaco em pó), mascadas e até

O conquistador espanhol Rodrigo de Jerez, ao fumar em público, foi preso por três anos por causa de sua “selvageria”. Com o tempo, e mesmo sob suspeita de que “capturava a vontade humana” – como chegou a comentar o próprio Cristóvão Colombo –, a erva ganhou adeptos.

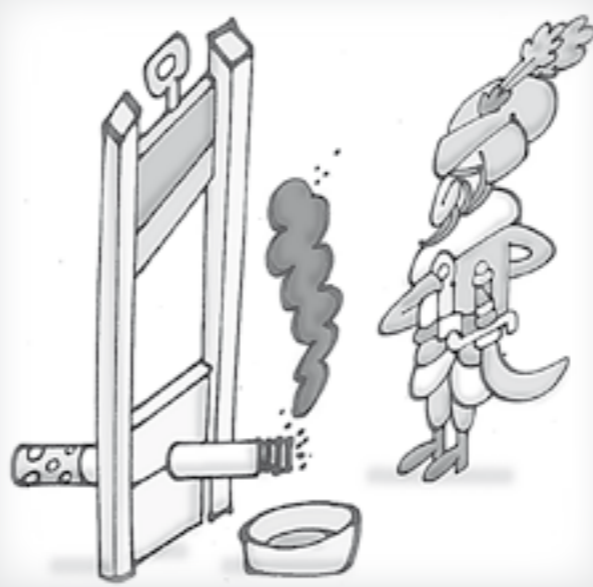
Mais ainda, virou um rendoso negócio em escala planetária. Talvez o mais famoso e importante fazendeiro de tabaco da história seja Thomas Jefferson, o mais importante

**Mais de 5 trilhões de cigarros são queimados por ano**

gem da independência dos Estados Unidos. Assim, o produto viveu cinco séculos de constante crescimento e experimentou seu auge na primeira metade do século 20, quando associou-se, graças ao cinema, a conceitos como charme, *glamour* e sedução.

Se aqueles dias de glória estão longe, a indústria resiste e, ainda hoje, mais de 5 trilhões de cigarros são consumidos anualmente no mundo.

## Curiosidades



• O imperador otomano Murad IV proibiu o fumo e, para fiscalizar, vestia-se de mendigo e implorava por umas baforadas. Quem dava tabaco a ele era decapitado.

• Desde o final do século 19, a venda de fumo para jovens já era proibida na Inglaterra e nos Estados Unidos.

• Entre 1978 e 1988, 188 atores e diretores receberam cachê para incluir baforadas nos filmes. Em 1988, o governo americano proibiu a prática.

• Hoje, 3,5 milhões de pessoas morrem por ano vítimas do fumo. Em 2030, serão 10 milhões. Mas, até a década de 1950, ninguém havia comprovado cientificamente esta relação causa-efeito.

• Pelo menos 2.655 não-fumantes morrem a cada ano no Brasil por doenças atribuíveis ao tabagismo passivo.

• No Brasil, 90% dos fumantes compraram o primeiro maço na adolescência.

• Na China se consomem 30% dos cigarros do mundo.

Fontes: Inca, revista Superinteressante e Wikipédia.

# Médico quer elevar preço do “inimigo número um”

Dados do Ministério da Saúde revelam que as doenças causadas pelo cigarro matam 200 mil pessoas por ano no Brasil

A maioria das instituições empenhadas em combater a indústria do cigarro, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), acredita que a melhor forma de desestimular o fumo é aumentar o preço do produto. No Brasil, a tese encontra oposição na Receita Federal, para quem elevar a taxa sobre o tabaco traria como principal consequência um estímulo ao comércio ilegal, com perda de arrecadação.

Dados do Ministério da Saúde revelam que as doenças motivadas pelo cigarro matam 200 mil pessoas por ano no Brasil. O custo desses tratamentos é calculado em R\$ 338 milhões pela Fundação Oswaldo Cruz.

Diretor da Clínica Médica do Hospital Universitário de Brasília (HUB), o médico Leopoldo dos Santos Neto, mestre em Clínica Médica e doutor em Patologia Celular pela Universidade de Brasília (UnB), não apenas é a favor do aumento das taxas sobre o cigarro, como defende a proibição do fumo.

– A forma mais eficaz de combater o fumo é aumentar o preço. Foi talvez o primeiro grande evento na redução do tabagismo de uma maneira geral. Ocorreu inicialmente na Inglaterra, mas diversos outros países têm conseguido reduzir o impacto do tabagismo por meio da taxa. Mesmo países em desenvolvimento, como o México, conseguiram. A decisão, lá, foi desafiadora, mas, com um aumento de 10% no preço do cigarro, eles reduziram em 6,4% o consumo.

Santos Neto afirmou, em entrevista à UnB Agência, que há

um mito de que se todo mundo parasse de fumar o Estado deixaria de arrecadar muito dinheiro. “Mas gastamos mais com o indivíduo que fuma do que arrecadamos com os impostos sobre o cigarro”, advertiu.

O médico considera que o assunto é tratado de maneira hipócrita pela sociedade brasileira, desenvolvimento, como o México, conseguiram. A decisão, lá, foi desafiadora, mas, com um aumento de 10% no preço do cigarro, eles reduziram em 6,4% o consumo.

– O tabagismo é uma epidemia sem proporções. Não há nada igual na história da Humanidade. Numericamente falando, o tabaco é o nosso inimigo número um, junto com o álcool – alertou.

## Onde mais se fuma

País	Cigarros vendidos (em milhões)	Fumantes adultos*	Fumantes jovens*
China	1.643	35,6%	10,8%
EUA	451	23,6%	25,8%
Japão	328	33,1%	não disponível
Rússia	258	36,5%	35,1%
Indonésia	215	31,4%	22,0%

\*Em relação ao total da população adulta e jovem

Fonte: Atlas do Tabaco, Organização Mundial da Saúde.

## União Européia também estuda elevar tributação

O preço dos cigarros pode ter um aumento de mais de 20% em 11 países europeus se for aprovada uma proposta para reduzir as diferenças nos impostos sobre o tabaco entre as nações da União Européia (UE).

A sobretaxação é apenas uma das diversas medidas em estudo para reduzir em 10%, até 2014, o consumo de produtos derivados do tabaco no continente. Entre 2002 e 2006, a venda de cigarros

diminuiu em mais de 10%.

A União Européia lançou a proposta em julho passado e agora a discussão deve se travar no Parlamento Europeu. Além de novas restrições à publicidade de cigarros, o pacote de medidas prevê aumento dos preços de mais de 20% (em relação aos valores de 2006). O maior impacto seria sentido pelos fumantes poloneses (47% de reajuste no preço do maço), seguidos pelos

eslovacos e pelos búlgaros (ambos com 36%).

Comissário de fiscalização e união aduaneira da comunidade européia, o húngaro László Kovács diz que a proposta mostra a vontade da UE de reduzir o consumo de tabaco e de nivelar as diferenças de preços dentro de sua área de influência. Em alguns países o imposto é seis vezes mais elevado do que a menor taxa em vigor.

## Indústria aposta nos novos mercados para sobreviver

As estatísticas mais confiáveis, da Organização Mundial da Saúde, informam que existem hoje no mundo 1,2 bilhão de fumantes, que transformam em fumaça 5,5 trilhões de cigarros por ano. Se o ritmo do crescimento das vendas decaiu a partir da década de 90, graças a restrições em países de grande consumo, a indústria do tabaco encontrou seu eldorado nos chamados países emergentes, mais especificamente na Ásia.

O Banco Mundial prevê que o simples crescimento populacional na China e na Índia vai elevar o número de fumantes mundiais em mais de 800 milhões. A virada em direção aos novos mercados de países com baixa ou média renda *per capita* é a saída. Ironicamente, as nações industrializadas que fecham o

cerco ao consumo interno do tabaco exportam cigarros para os países em desenvolvimento.

Uma pesquisa de 1996 revelou que 61% dos chineses achavam que o vício de fumar causa pouco ou nenhum dano à saúde. Não por acaso, a China consome 30% dos cigarros do mundo.

O grande calcanhar-de-aquiles da indústria são as multibilionárias ações na Justiça. A avalanche começou pelos Estados Unidos, na década de 90, quando as primeiras sentenças indenizatórias reconheceram a morte provocada diretamente pelo consumo dos cigarros. Em 1998, a indústria

**Número de fumantes no mundo chega a 1,2 bilhão**



institucional

# Congresso Pestalozzi tem apoio de senadores

Flávio Arns e Marco Maciel pedem cidadania plena e ações que facilitem o dia-a-dia das pessoas que apresentam algum tipo de deficiência, parcela da população estimada em cerca de 27 milhões de pessoas

Cerca de 80% dos brasileiros com qualquer tipo de deficiência não estudam. A informação foi dada pelo senador Flávio Arns (PT-PR) aos participantes do 12º Congresso da Federação Nacional das Associações Pestalozzi.

Para combater o problema, senador propôs uma política com dois eixos: educação inclusiva e melhoria das escolas especiais. Arns – pai de um filho com deficiência – defendeu mais amor e solidariedade, a começar pela família, e exortou as Associações

Pestalozzi e as Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) a lutar pela garantia dos direitos dos excepcionais.

Segundo Arns, quatro pontos são necessários para que atividades com pessoas com deficiência tenham sucesso: permitir que possam expressar-se sobre todos os aspectos; ouvir a família; garantir os direitos humanos (incluindo a saúde); e buscar a inclusão social. Arns foi condecorado com a Medalha da Rosa, entregue aos que lutam pela melhoria das condições dos deficientes.

Participante da mesa-redonda “A Pessoa com Deficiência e a Sociedade Capitalista: Valores, Consumo e Cidadania”, Marco Maciel (DEM-PE) abordou opções para facilitar o dia-a-dia dos deficientes. Ele reconheceu que houve avanços na defesa das pessoas com deficiência com a Constituição de 1988, mas admitiu que ainda há muita coisa a ser feita a cerca de 27 milhões de pessoas em todo o país.

## Carta de Brasília pede sociedade inclusiva

A Federação Nacional das Associações Pestalozzi aprovou, durante o congresso, a “Carta de Brasília”, com diretrizes do movimento para uma “sociedade inclusiva”.

– A carta significa exatamente o que o movimento pestalozziano pensa para suas instituições e como parceira do poder público – explicou a presidente da federação, Gyselle Saddi Tannous.

No documento, as associações Pestalozzi apontam a necessidade de um censo deta-

lhado, que quantifique os brasileiros com deficiências físicas, funcionais ou intelectuais, visando uma melhor elaboração de políticas públicas. Além disso, defendem o fortalecimento da parceria com os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e com o Ministério Público. O carta também traz o apelo dos pestalozzianos por recursos no Orçamento da União para ações nas áreas de educação, saúde, acesso ao trabalho e à cultura. Hoje, os montantes estão dispersos pelo Orçamento.



Flávio Arns recebe a Medalha da Rosa, entregue pela Sociedade Pestalozzi aos defensores de melhorias na qualidade de vida das pessoas com deficiência

J. FREITAS

## ambiente legal

### Saneamento: economia e saúde

A Organização das Nações Unidas (ONU) calcula que a implantação de redes de esgoto e de água potável nos países em desenvolvimento geraria, para uma aplicação global de US\$ 11,3 bilhões, um retorno de US\$ 84 bilhões por ano. O benefício adicional com a melhoria da saúde

pode chegar a US\$ 60 para cada US\$ 1 investido. Especialistas recomendam que, em período eleitoral, essa questão seja debatida com os candidatos. No mundo, mais de 1,5 milhão de pessoas morrem a cada ano por doenças transmitidas pela água contaminada.

### O índio do Alto Xingu e a preservação

Os índios do Alto Xingu viviam, antes da colonização europeia, em cidades e vilas ligadas por uma complexa rede de vias dispostas ao redor de centros comunitários. Nessa sociedade, de 50 mil habitantes, as maiores estradas tinham entre 20 e

50 metros de largura. A descoberta foi feita por Michael Heckenberger (da Universidade da Flórida) e equipe. Segundo eles, havia esforços claros em favor do controle da degradação ambiental e da manutenção da biodiversidade.

### Câncer de pele: esperança em pesquisa

Pesquisadores da Universidade de São Paulo, em Ribeirão Preto, desenvolveram um medicamento que mata, com eficiência, 95% das células tumorais da pele humana. A pomada, feita com o auxílio da nanotecnologia e energizada por um raio de luz vermelha, está sendo testada há um ano em três hospitais universitários do Brasil.

### Siso gera células-tronco

A extração de células-tronco do dente siso de uma menina de dez anos de idade, anunciada por pesquisadores do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Industrial Avançada do Japão, gera a esperança de se criar uma fonte de células terapêuticas. A vantagem da técnica é que ela contorna problemas éticos associados à extração de células-tronco de embriões humanos.

### Importância do ferro

Um estudo da Universidade de Michigan (EUA) revela que a deficiência de ferro no organismo durante a infância põe em risco o desenvolvimento motor e intelectual até a adolescência. Esse resultado mostra a importância do diagnóstico precoce desse problema nas crianças. Uma pesquisa realizada no Brasil constatou carência de ferro em 24% das crianças em idade pré-escolar.

### MEGAPROJETOS DE ENGENHARIA CONTRA AQUECIMENTO

Preocupados com o aquecimento global, alguns cientistas estão levando a sério a idéia de que os seres humanos talvez tenham de alterar, artificialmente, o clima por meio de megaprojetos de engenharia. A Royal Society, do Reino Unido, lançará até o fim do ano um vasto estudo com a análise das possibilidades oferecidas pela geoengenharia.

### Distribuição de renda sozinha não erradica pobreza

Os programas governamentais de redistribuição direta de renda, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada, são necessários, mas não suficientes para erradicar a pobreza no Brasil a curto prazo. A afirmação é do pesquisador do International Poverty Centre (IPC) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Marcelo Medeiros, que participou do seminário *Transferência de Renda no Brasil: O Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família*.

Segundo Medeiros, para erradicar a pobreza é preciso reduzir a desigualdade social ou aumentar a renda de toda a população pela inserção das pessoas pobres e sem qualificação no mercado de trabalho. Outro caminho seria a educação. As medidas, ressaltou, demandariam 20 anos.

A consultora legislativa e pesquisadora do IPC, Tatiana Britto, explicou que o BPC, criado em 1995, atende a 3,3 milhões de idosos e pessoas com deficiência que possuem renda de até um quarto do salário mínimo. Os beneficiários recebem um salário mínimo por mês. O orçamento do programa, em 2008, é de R\$ 15,4 bilhões. Já o Bolsa Família, criado em 2003, beneficia 11,1 milhões de famílias, com orçamento de R\$ 10,4 bilhões.



Cristovam (E), ao lado de Odilon Wagner, recebeu apoio de artistas brasileiros, que assinarão manifesto sugerindo o nome do senador para chefiar o órgão

## Artistas apoiarão candidatura de Cristovam à diretoria-geral da Unesco

Grandes atrizes brasileiras, como Bibi Ferreira e Fernanda Montenegro, participarão de uma inédita e apartidária campanha para divulgar a candidatura do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) à diretoria-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Um manifesto de apoio à candidatura, elaborado por representantes do meio artístico, será divulgado em setembro.

A movimentação de artistas começou há uma semana. Ao saber que o nome de Cristovam havia sido lembrado por personalidades como Kofi Annan, ex-secretário-geral da Organização das Nações Unidas, e pelo ex-presidente português Mário Soares, o ator Odilon Wagner propôs que os

artistas brasileiros adotassem a candidatura.

– O senador é um dos grandes pensadores brasileiros e está cem por cento voltado às questões ligadas à Unesco, como educação, ciência e cultura. Além disso, o Brasil e a América Latina nunca tiveram um cargo dessa dimensão – disse Odilon Wagner.

O futuro diretor-geral da Unesco tomará posse em outubro de 2009, mas a escolha do sucessor do atual diretor, o japonês Koichiro Matsuura, ocorrerá até o início do próximo ano. Por isso, os artistas brasileiros pretendem agilizar a apresentação da candidatura e divulgar uma lista de apoio a Cristovam por meio da internet. Ele é o atual presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

LUCIANA SERRA

## institucional

FOTOS: JANE ARAÚJO



Garibaldi (D) recebe dos diretores administrativos do Senado os editais que devem viabilizar a contratação de concursados

## 150 cargos em disputa no concurso do Senado

Editais estarão disponíveis no *Diário Oficial* desta semana e provas deverão ser realizadas em novembro. Maior salário é de R\$ 11.815

O concurso do Senado Federal para preenchimento de 92 cargos de nível superior e 58 de nível médio deverá ser realizado nos dias 8 e 9 de novembro. O anúncio foi feito pelo presidente da Comissão Especial do Concurso, Alexandre Gazineo. Ele informou que as inscrições terão início no dia 20 de setembro e custarão R\$ 80, para nível superior, e R\$ 60, para nível médio.

O concurso será realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Os cinco editais completos com a descrição dos cargos e das

disciplinas cobradas nas provas serão publicados no *Diário Oficial de União* entre os dias 9 e 10 deste mês. Para nível superior, as vagas estão divididas entre analista legislativo (processo legislativo – 25 vagas; apoio técnico-administrativo – 25 vagas; e comunicação social – 24 vagas), analista de informática legislativa (oito vagas), consultor legislativo (duas vagas) e advogado (oito vagas). Para nível médio serão dez vagas para processo legislativo, dez para apoio técnico-administrativo, duas para polícia legislativa e 36 para

comunicação social.

Os salários são de R\$ 10.613,21 para analistas legislativos (área Comunicação Social), analistas de informática e advogados. Para os demais cargos de analista legislativo, a remuneração será de R\$ 9.580,50, enquanto para consultor legislativo, a remuneração prevista é de R\$ 11.815,94. Para nível médio, o salário é de R\$ 6.722,68.

O diretor-geral da instituição, Agaciel Maia, informou que, em 2009, o Senado pretende realizar nova seleção para substituir os terceirizados que atuam na Casa.

## Lucena: Operação Mão-de-Obra não investiga parlamentares

O senador Cícero Lucena (PSDB-PB) leu nota divulgada em que Procuradoria da República no Distrito Federal faz correções a informações divulgadas pelo jornal *Correio Braziliense* sobre a Operação Mão-de-Obra, a qual investiga possíveis fraudes em licitações realizadas pelo Senado para contratação de empresas de terceirização.

O documento menciona que a investigação está sob a responsa-

bilidade da procuradora Luciana Marcelino Martins desde junho de 2007 e não há dois anos, como informou o jornal. Acrescenta que não há novidade nos fatos, conhecidos desde 2006. A nota informa que as investigações não têm como alvo parlamentares e, se tivessem, os autos já teriam sido remetidos ao procurador-geral da República. Papaléo Paes (PSDB-AP) vê tentativa de desmoralização do Congresso.

### ELEITOR REJEITA FICHA SUJA

Pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa do Senado (DataSenado) indica que 88% dos entrevistados mudariam o voto se seu candidato constasse da chamada "lista suja" – relação de candidatos que respondem a processo judicial por ações de improbidade administrativa e eleitoral. A pesquisa também mostra que 86% dos consultados são contrários à candidatura de pessoas que estão nessa lista. Dos entrevistados, 61% defenderam a inclusão na lista mesmo com processos não concluídos.

## presidência

## Garibaldi e Chinaglia abrem exposição sobre Dragões da Independência

Os presidentes do Senado, Garibaldi Alves, e da Câmara, Arlindo Chinaglia, apresentaram, no Salão Negro do Congresso, a exposição *200 Anos de Criação do Regimento de Cavalaria de Guarda Dragões da Independência*. O evento marca a Semana da Pátria e a exposição está aberta desta segunda-feira até domingo, das 9h às 17h.

Garibaldi disse que os Dragões da Independência fizeram parte de eventos cruciais da história brasileira. Lembrou que essa unidade do Exército tinha a missão de fazer a guarda da família real portuguesa, em 1808. Também mencionou a presença desse batalhão no grito do Ipiranga, conforme retratado na tela de Pedro Américo.

Crianças de escolas públicas, conheceram, na mostra,

um caleche, várias peças de uniforme, documentos e aquarelas que contam a história da instituição.

### Sociedade étnica e culturalmente diversa

O presidente da Câmara disse que a imigração, ao longo da história do Brasil, ajudou o país a desenvolver-se e a ser reconhecido, no mundo todo, como uma sociedade étnica e culturalmente plural, o que "contribuiu para a formação de um povo sábio, que jamais abriu mão da prerrogativa de um Estado soberano e independente".

O presidente da Câmara lembrou dos quase três séculos de escravidão como um dos traumas nacionais que ajudam a sociedade brasileira a aprender com seus próprios erros.



Diante de crianças de escolas públicas de Brasília, o presidente do Senado destacou o papel da corporação em eventos da história do país

**GARIBALDI DEMITE SOBRINHO** – Foi publicada, no Boletim Administrativo do Pessoal do Senado, a exoneração de Carlos Eduardo Alves Emerenciano do cargo de assessor técnico do gabinete do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). O exonerado é sobrinho do presidente do Senado. – Conforme eu tinha dito, saiu a demissão do meu sobrinho. Agora vamos aguardar que senadores tomem essa iniciativa para não gerar o constrangimento de recebermos denúncias – afirmou Garibaldi. A decisão de Garibaldi segue a determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) de proibir o nepotismo nos três Poderes.

**EXPEDITO JÚNIOR** – Em nota divulgada à imprensa, a assessoria do senador Expedito Júnior (PR-RO) afirmou que ele recorrerá contra a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que, no dia anterior, confirmou a decisão do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) de cassar seu mandato pela acusação de compra de votos. "O senador informou que nunca houve seu envolvimento direto, indireto ou mesmo consentido, com compra de votos", informa a nota, segundo a qual, o parlamentar ficou surpreso com a decisão do tribunal, que negou provimento a um recurso seu.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Garibaldi Alves Filho  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias  
**1º Secretário:** Efraim Moraes  
**2º Secretário:** Gerson Camata  
**3º Secretário:** César Borges  
**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretária-Geral da Mesa:** Claudíia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Helival Rios  
**Direção de Jornalismo:** Maria da Conceição Lima Alves

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro  
**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Moisés Oliveira  
**Edição:** Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Davi Emerich  
**Editor-chefe:** Flávio Faria  
**Edição:** Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suelly Bastos, Thâmara Brasil e Valter Gonçalves Júnior  
**Reportagem:** Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes.  
**Diagramação:** Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino  
**Arte:** Cirilo Quartim e Oscar  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
 Tel.: 61 3311-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3311-3137  
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

## programação

# TV Senado exhibe documentário sobre João Goulart

*Jango em 3 Atos* mostra o encontro do agente secreto, que espionou a família Goulart, com o filho do ex-presidente

O ex-agente do serviço secreto do Uruguai Mario Neira Barreiro espionou durante quatro anos a família do ex-presidente João Goulart no exílio. Em encontro emocionante com João Vicente, filho de Jango, ele revela a Operação Escorpião, criada pelo serviço de inteligência uruguaio para controlar os passos dos exilados.

Com base em farta documentação liberada recentemente pelo governo federal, a TV Senado produziu o documentário *Jango em 3 Atos*, que vai ao ar neste sábado, às 15h30 e 21h30, e no domingo, às 11h30 e 22h.

O filme mostra a vida, o governo e o exílio de João Goulart no Uruguai e na Argentina. Apresenta depoimentos que mostram como as ditaduras agiram de modo coordenado na América do Sul.

Eleito vice-presidente em 1960, Jango soube da renúncia de Jânio Quadros quando estava em visita à China. Em documento exclusivo só agora revelado, o primeiro presidente parlamentarista do Brasil diz que a saída de Jânio foi o momento mais dramático da vida dele. Acusado de comunista, foi deposto pelo

golpe militar de 1964.

A morte de Jango, na Argentina, em 1976, ainda desperta curiosidade. Oficialmente, a causa foi um ataque cardíaco. Não foi feita autópsia do corpo nem no Brasil nem na Argentina.

Em carta enviada aos filhos que moravam em Londres, na Inglaterra, divulgada pela primeira vez, Jango avisa que tem medo de morrer.

Mário Barreiro está preso desde 2003 na Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas, no Rio Grande do Sul, acusado de assalto a banco cometido em solo gaúcho. O detento é parte da trama que deu origem ao livro *O beijo da morte*, de Carlos Heitor Cony e Anna Lee.

## Agente uruguaio acusa governo do Brasil

No filme, o ex-agente do serviço secreto uruguaio diz que Jango foi morto a pedido do governo brasileiro. Segundo



O filme mostra a vida, o governo e o exílio de Jango no Uruguai e na Argentina e apresenta depoimentos que revelam como as ditaduras agiram de modo coordenado na América do Sul

Barreiro, o ex-presidente teria sido envenenado com um comprimido colocado dentro dos remédios controlados que tomava para problemas cardíacos.

Jango morreu em 6 de dezembro de 1976, em Mercedes, na Argentina. Foi sepultado na cidade gaúcha de São Borja, onde nasceu.

O trabalho cinematográfico tem direção de Deraldo Goulart, que também dirigiu os documentários *Niemeyer por Niemeyer*, *O tempo de Érico* e ainda *Getúlio do Brasil*. A produção de *Jango em 3 Atos* contou com o apoio do Instituto Presidente Goulart, com a cessão de documentos e fotos do acervo da família.

**Não se sabe por que nunca foi feita a autópsia no corpo de Jango**

## O AUMENTO DO MÍNIMO

O projeto de lei orçamentária para 2009 prevê um salário mínimo de R\$ 464,72. O valor é maior do que o previsto por deputados e senadores na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada em julho. O impacto desse aumento nas contas da Previdência, no orçamento das prefeituras e no bolso do trabalhador será debatido nesta segunda-feira no programa *Conexão Senado*, veiculado pela Rádio Senado a partir das 12h.

## DEPRESSÃO PÓS-PARTO

No *Pergunte ao Doutor* desta quarta-feira, às 8h30, na Rádio Senado, a conversa será com o psiquiatra Caio César de Araújo Júnior, que falará sobre as causas e os efeitos da depressão pós-parto. O médico também vai ensinar às gestantes como prevenir o problema. O tema foi sugerido pela ouvinte Maria Silvana Ferreira Gomes, de São José do Xingu (MT).

## ESTATUTO DO IDOSO

Um balanço sobre as conquistas e as falhas do Estatuto do Idoso é o assunto do *Fique por Dentro da Lei* desta terça-feira, às 8h30, na Rádio Senado. O estatuto completa cinco anos no dia 1º de outubro. Desde 2003, os mais de 23 milhões de idosos do país têm à disposição benefícios com aplicação automática, como o direito ao transporte coletivo gratuito. Quem fala sobre o estatuto é o gerontólogo social João Batista de Medeiros.



### SÁBADO

1h - Cidadania Debate  
2h - Leituras  
2h30 - Diplomacia  
3h30 - Cidadania Entrevista  
4h - Alô Senado  
4h15 - Ecosenado  
4h30 - De coração  
5h - Conversa de Música  
6h - Cidadania Debate  
7h - Alô Senado (reprise)  
7h15 - Ecosenado (reprise)  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - De coração (reprise)  
8h30 - TV Brasil Internacional  
Hecho a Mano  
9h30 - Leituras  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
11h - Parlamento Brasil  
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista  
13h - Alô Senado  
13h15 - Ecosenado (reprise)  
13h30 - Cidadania Debate  
14h30 - Conversa de Música  
15h30 - Mesa Brasileira  
16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos  
17h40 - Cidadania Entrevista  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
19h - Cidadania Debate  
19h45 - Alô Senado  
20h - Leituras  
20h30 - Ecosenado (reprise)  
21h - Parlamento Brasil  
21h30 - Especial (reprise)  
22h40 - Diplomacia  
23h30 - De coração (reprise)  
24h - Espaço Cultural

### DOMINGO

1h - Cidadania Debate  
2h - Alô Senado  
2h15 - Ecosenado (reprise)  
2h30 - Diplomacia -  
3h30 - Cidadania Entrevista -  
4h - Leituras  
4h30 - De coração (reprise)  
5h - Conversa de Música  
6h - Cidadania Debate  
7h - TV Brasil Internacional (reprise)  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - Leituras  
8h30 - De coração (reprise)  
9h - Diplomacia  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
11h - Alô Senado  
11h15 - Ecosenado (reprise)  
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista  
13h - Parlamento Brasil  
13h30 - Cidadania Debate  
14h30 - Espaço Cultural (reprise)  
16h - Mesa Brasileira (reprise)  
17h - Diplomacia  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)  
19h - Cidadania Debate  
19h45 - Conversa de Música  
20h30 - Leituras  
21h - Mesa Brasileira (reprise)  
22h - Especial (reprise)  
23h10 - Parlamento Brasil  
23h40 - De coração (reprise)  
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

### SÁBADO

6h - Matinas  
7h - Música e informação  
9h - Prosa e Verso  
9h30 - Música e informação  
10h - Reportagem Especial  
10h30 - Música e informação  
12h - Senado Resumo  
12h30 - Música e informação  
14h - Cine Musical  
14h15 - Música e informação  
15h - Autores e Livros  
15h20 - Música e informação  
18h - Improviso Jazz  
19h - Música e informação  
20h - Escala Brasileira  
21h - Música e informação

22h - Cine Musical  
22h15 - Música e informação  
**DOMINGO**  
6h - Matinas  
7h - Música e informação  
8h - Brasil Regional  
9h - Autores e Livros (reprise)  
9h20 - Música e informação  
10h - Cine Musical  
10h15 - Música e informação  
16h - Prosa e Verso (reprise)  
16h30 - Música e Informação  
17h - Reportagem Especial  
17h30 - Música e informação  
20h - Jazz & Tal  
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

### Como sintonizar

TV A CABO: NET, TVA e Vídeo Cabo  
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsats (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

(55) e Manaus (57).  
ANTENA PARABÓLICA  
Sistema analógico: Satélite - B1  
Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal  
Frequência - 4.130 MHz  
Sistema digital: Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical  
Frequência - 3.644,4 MHz  
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz  
Antena - 3,6 m  
PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110  
Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB  
Symbol Rate - 3,2143Ms/s  
FEC - 3/4

### Como sintonizar

FM  
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas  
ONDAS CURTAS  
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG  
INTERNET

No endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), por meio do Real Player ou Windows Media Player  
ANTENA PARABÓLICA  
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

## voz do leitor

## Propaganda de bebidas

"O projeto de lei (PLS 182/03) de autoria do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) que proíbe a propaganda de bebidas alcoólicas no rádio e na TV está parado na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) para designação do relator. No meu entendimento, a CCT já deveria ter aprovado e mandado para votação em Plenário. O projeto é sério e deve ser aprovado pelos senadores, pois a proibição desse tipo de publicidade nefasta vem ao encontro do desejo da população, além de ser um meio de defesa da vida."

**Maurício Galhardo, de Sorocaba (SP)**

## Corrupção

"Tenho um orgulho imenso em ver esses bandidos de colarinho branco na cadeia. Ao mesmo tempo, sinto uma grande decepção em saber que eles não podem usar algemas quando presos, pelo fato de pertencerem à chamada elite brasileira. Como jovem, me sinto às vezes envergonhado de viver e conviver com a falta de escrúpulo e com a corrupção. Parabenizo a Polícia Federal pela eficiência e pelo bom trabalho desenvolvido ao longo dos anos."

**Romildo Batista da Costa, de Luziânia (GO)**

## Justiça

"Por que não existe lei para os ricos? Por que só os pobres são presos? A Polícia Federal passa de um a dois anos trabalhando para encontrar os verdadeiros marajás do dinheiro dos pobres e, quando encontra, o Tribunal de Justiça solta. Espero que os nossos representantes no Congresso Nacional tomem as providências necessárias, pois do jeito que está não pode

continuar."

**Glória Rodrigues Borges, de Seridó (PB)**

## Criança na Escola

"Concordo com a senadora Patrícia Saboya quando ela diz que lugar de criança é na escola, mas discordo quando ela diz não ser a favor da redução da maioridade penal."

**Antônio Salviano Netto, de Caicó (RN)**

## PEC dos Vereadores

"A população do estado de São Paulo está indignada com a atitude dos senadores, principalmente os três do nosso estado. O povo esperava uma ação sobre a PEC 333, que reduz as despesas das casas legislativas municipais, mas tudo indica que a proposta não será votada e por isso muitos já afirmam que não irão votar em senador em 2010. O Senado deveria aprovar esta matéria, que aumenta a representatividade e reduz o duodécimo."

**Inácio José Barbosa Filho, de Ourinhos (SP)**

## Tarifas caras

"São um absurdo as altas taxas cobradas pelas empresas de telefonia celular."

**Ângelo Winicius Vieira, de Pindamonhangaba (SP)**

## Qualidade ambiental

"A nossa sobrevivência depende do conhecimento e da ação inteligente para preservar e melhorar a qualidade ambiental por meio de uma tecnologia harmoniosa e não prejudicial."

**Taynara Assano Zoner, de Guarapuava (PR)**

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail ([jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)) ou telefone (0800 61-2211).

## frases



"Quando o general Félix disse que a única forma de nós não sermos grampeados é calando a boca, ele estava mostrando e pedindo a todos, principalmente aos políticos, que calem a boca, que não falem, que não reverberem"

**Marisa Serrano**, para quem o alerta feito aos parlamentares pelo ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Félix, sobre a existência de grampos "teve tom de ameaça".

J. FREITAS



"O presidente Lula não põe a mão no fogo por ninguém"

**Demostenes Torres**, depois de conversa com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre as denúncias de grampo no telefone do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes.

"A escuta telefônica ilegal no STF é mais grave que o mensalão, porque fere o cerne da democracia"

**Arthur Virgílio**, que criticou a "reação branda" do Congresso Nacional às denúncias sobre o grampo no gabinete do ministro Gilmar Mendes.

"Não queremos operações que apreendam computadores e deixem os pedófilos soltos [...]. Se a legislação já tivesse mudado, teríamos hoje 113 ordens de prisão e não 113 mandados de busca e apreensão"

**Magno Malta**, lamentando que a legislação brasileira não autorize a prisão de pessoas que armazenam fotografias e vídeos contendo imagens de abuso sexual de crianças e adolescentes.

"Foi um filme de terror, cena que você só vê em filme"

**Serys Shlessarenko**, sobre a experiência dramática que vivenciou na cidade de Comodoro (MT), quando assaltantes invadiram uma agência bancária, chegando a fazer reféns.

"Por muito menos que isso o presidente Nixon foi obrigado a renunciar nos Estados Unidos, em 1974, para fugir de um *impeachment*"

**Cícero Lucena**, ainda sobre o grampo no STF.

"O Brasil reúne todas as condições de refinar o petróleo aqui mesmo e faturar mais com os seus derivados"

**Renato Casagrande**, ao defender mudanças no marco regulatório do setor.

"A falta de credibilidade da classe política não é responsabilidade de 100% dos parlamentares, mas culpa de meia dúzia, ou um pouco mais, de péssimos políticos, alguns até mesmo bandidos, que buscam nos mandatos a impunidade para os seus crimes"

**Adelmir Santana**, atribuindo a baixa credibilidade dos políticos a "erros isolados" de alguns.

"O plebiscito é uma característica do sistema democrático e temos um ranço autoritário muito grande. A consulta à população vai no caminho inverso da concentração de poder de decisão"

**Mesquita Júnior**, cobrando a realização de plebiscitos para grandes obras, como a transposição do São Francisco.

## pergunte ao senador

## Parlamentares cobram ação do Poder Executivo

"O que o Senado Federal tem feito para diminuir o desmatamento na Amazônia?"

**Paulo Viana de Sousa, de Brejo (MA)**

O senador **Papaléo Paes (PSDB-AP)** responde:

O Senado Federal, como Poder Legislativo, se envolve com o Executivo na elaboração de leis e de emendas que estão sendo analisadas nesta Casa nas diferentes áreas. Mas neste momento, em especial, nós, senadores da Amazônia, estamos empenhados diretamente na questão, observando o que está sendo feito para combater os desmatamentos. Por meio de

denúncias, estamos chamando o governo à responsabilidade, porque proteger a Amazônia é tarefa do Executivo. Estamos vivendo na expectativa de que o Executivo possa controlar e minimizar a ação devastadora que atinge a região. Não adianta ficar aqui discutindo estatísticas, mostrando que no ano passado o desmatamento diminuiu 20% e no outro ano 10%. O que interessa são ações, para que não soframos as consequências

de problemas que somente nós, moradores daquela região, sabemos o que poderão representar. Temos consciência do dano irreparável que haverá para a região, o Brasil e o mundo se providências urgentes não forem adotadas visando deter a destruição da floresta.



# Tudo sobre a nova licença-maternidade

**A**gora só depende de vontade política para que a licença-maternidade de seis meses vire realidade. O projeto de lei que amplia o benefício foi enviado à sanção em 21 de agosto pela Câmara dos Deputados. Nesta quarta-feira, termina o prazo para que o presidente Lula transforme a medida em lei. É preciso também que o Orçamento da União preveja o quanto custará a renúncia fiscal provocada pela ampliação do provento.

## Ampliação do benefício ainda não está garantida para o próximo ano

Caso seja sancionada pelo presidente da República, a lei que estende de quatro para seis meses a licença-maternidade no país será obrigatória no serviço público federal e terá caráter opcional para as empresas privadas. As que aderirem ao Programa Empresa Cidadã poderão deduzir do Imposto de Renda (IR) devido o valor bruto da remuneração da funcionária paga nos 60 dias de prorrogação do benefício. Os profissionais autônomos e empregados domésticos não serão beneficiados.

Para que as empresas ofereçam a prorrogação da licença a partir de 2009, o governo precisaria ter apresentado a previsão de renúncia fiscal, decorrente da aplicação da lei, 60 dias antes de a proposta orçamentária do próximo ano ter sido enviada ao Congresso; o texto chegou ao Legislativo em 27 de agosto. Ainda assim, a lei pode vigorar no próximo ano, desde que os parlamentares alterem o texto orçamentário e incluam a renúncia

fiscal resultante da ampliação do benefício, estimada, pelo Ministério da Fazenda, em R\$ 800 milhões anuais.

Prestes a virar lei, o projeto (PLS 281/05, no Senado, e PL 2513/07, na Câmara) foi idealizado pelo presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), Dioclécio Campos Júnior, e teve o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A matéria, apresentada

à senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), iniciou sua tramitação em julho de 2005. A proposta, contudo, foi aprovada no Senado, em novembro de 2007, e na Câmara dos Deputados, em 13 de agosto. A partir da sanção presidencial e da regulamentação da lei pelo Poder Executivo, a prorrogação da licença-maternidade passará a vigorar no serviço público.

### O que garante o projeto de lei

- ✓ as mães que trabalham em empresas que aderirem ao Programa Empresa Cidadã devem solicitar a prorrogação da licença até o final do primeiro mês após o parto;
- ✓ as empresas que poderão usufruir da isenção do IR pelos dois meses a mais de licença-maternidade serão as enquadradas no regime do lucro presumido e as optantes pelo Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples);
- ✓ a prorrogação também será garantida às empregadas que adotarem filhos;
- ✓ a administração pública direta, indireta e fundacional fica autorizada a instituir um programa que garanta a prorrogação da licença-maternidade para suas servidoras;
- ✓ no período de prorrogação do benefício, as mães não poderão exercer qualquer atividade remunerada e a criança não poderá ser mantida em creche;
- ✓ os valores recebidos nos dois meses adicionais não integram o salário-contribuição, mas não há prejuízo para a contagem do tempo de contribuição da segurada.

## Objetivo é garantir um começo de vida saudável ao bebê

O pediatra Dioclécio Campos Júnior e a senadora Patrícia Saboya ressaltam o fato de a ampliação da licença-maternidade ser importante para possibilitar ao bebê um começo de vida saudável, com os cuidados adequados e com a nutrição ideal, como o aleitamento materno. O objetivo da medida, segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), é também corrigir o descompasso entre a legislação brasileira, que prevê uma licença de quatro meses, e a recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS) de que as mães devem amamentar seus filhos por, no mínimo, seis meses.

– O leite materno é uma verdadeira vacina, capaz de prevenir males como pneumonia, diarreia e doenças alérgicas. Com isso, a tendência é o Estado gastar menos com a hospitalização de crianças – afirma Campos Júnior.

Assim que apresentou o projeto, Patrícia Saboya enviou às prefeituras do Ceará uma minuta de como deve ser uma proposta com esse conteúdo. De acordo com a SBP, 98 municípios e 11 estados já garantiram a licença de seis meses para as servidoras (*ver lista ao lado*). Algumas empresas também já concedem a prorrogação do benefício.

### CAPITAIS

- Rio Branco
- Manaus
- Macapá
- Fortaleza
- São Luís
- João Pessoa
- Recife
- Teresina
- Natal
- Porto Velho
- Curitiba
- Aracaju
- Vitória

### ESTADOS

- São Paulo
- Ceará
- Pernambuco
- Amapá
- Rondônia
- Paraíba
- Rio Grande do Norte
- Piauí
- Espírito Santo
- Alagoas
- Maranhão
- (para as servidoras do Judiciário)

### Saiba mais

#### Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP)

Rua Santa Clara, 292 – Copacabana  
22041-012 Rio de Janeiro (RJ)  
(21) 2548-1999  
sbp@sbp.com.br  
www.sbp.com.br

#### Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

SAS Quadra 5, Lote 1, Bloco M  
70070-939 Brasília (DF)  
(61) 2193-9600  
www.oab.org.br